



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE: JAIR TATTO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 22 DE NOVEMBRO DE 2017

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Transcrição *ipsis verbis*
- Orador não identificado
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Bom dia a todos e a todas. Na qualidade de Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento declaro abertos os trabalhos da 33ª audiência pública do ano de 2017, 2ª audiência geral referente ao Orçamento 2018. Conosco o nobre Vereador Relator Ricardo Nunes.

Informo que esta reunião está sendo transmitida através do portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço: www.camara.sp.gov.br, no link Auditórios On Line.

Também conta com publicação no *Diário Oficial da Cidade* nos dias 10,11, 14, 18, 19, 20, 21, 24, 25, 26, 27, 28 e 31 de outubro de 2017 e nos dias 1, 4, 7, 8, 9, 10, 11,14, 15, 16, 17 e 22 de novembro de 2017; e em jornais de grande circulação: *O Estado de S.Paulo*, no dia 14 de novembro de 2017; e na *Folha de S.Paulo*, no dia 15 de novembro de 2017.

O projeto de lei do Orçamento está disponível no *site* da Câmara Municipal de São Paulo.

Esta audiência pública tem por objeto debater os seguintes projetos: PL 686/2017, do Executivo, que estima a receita e fixa a despesa do Município de São Paulo para o exercício de 2018, Orçamento Municipal 2018; PL 687/2017, do Executivo, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2018-2021, PPA.

Informo também a criação do *site*: www.camara.sp.gov.br/orcamento2018, onde os senhores poderão enviar sugestões.

Para compor a mesa foram convidadas as seguintes autoridades: Srs.: Caio Megale, Secretário Municipal da Fazenda; Filipe Sabará, Secretário Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, SMADS; e, provavelmente representantes da Saúde.

Quero agradecer a presença do Secretário Filipe Sabará, porque quando realizamos a audiência da Assistência Social, não conseguimos concluí-la, sobravam algumas inscrições. Por isso solicito que a assessoria me passe as inscrições remanescentes. Como se trata de audiência geral, quem puder declinar, ajudaria porque esta é a última geral.

Vou passar a palavra ao Secretário Caio Megale para sua exposição – gosto das

exposições do Secretário, porque sempre tem novidade boa.

Vamos começar com a exposição?

Considero abertas as inscrições para quem quiser se manifestar.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Hoje é audiência geral. É, o Sr. Secretário está a caminho. Vamos aguardar.

Vamos à exposição. Com a palavra o Secretário Caio Megale.

- O orador passa a se referir a imagens exibidas na tela de projeção.

O SR. CAIO MEGALE – Bom dia a todos. É um prazer estar em mais uma audiência na Câmara Municipal, a última geral desse ciclo orçamentário para 2018 e do PPA dos próximos quatro anos.

A interação, esse exercício das audiências é muito importante, porque naturalmente fazemos um esforço bastante grande para elaborar o orçamento, que é complexo, detalhado, com muitas pastas. A Cidade é complexa, grande. A nossa equipe da Secretaria da Fazenda que veio me acompanhar trabalhou durante um bom tempo no orçamento, mas há sempre sugestões e colaborações a serem agregadas para aperfeiçoar e tornar a peça orçamentária ainda mais próxima da realidade, das necessidades e dos anseios da sociedade, dos munícipes paulistanos que ao fim é para isso que é montado o orçamento.

Logo, essas audiências, ao longo dessas semanas, trouxeram informações, indicações, sugestões que vão sendo incorporadas ao processo de elaboração do orçamento e em conjunto com a Comissão de Finanças, liderada pelo Relator Ricardo Nunes, vamos percebendo, entendendo, vendo e fazendo eventuais ajustes que se façam necessários ou que sejam importantes ou interessantes serem feitos.

Preparei uma apresentação hoje um pouco mais detalhada e mais extensa para contar como é o pano de fundo econômico e financeiro para a elaboração do orçamento, as perspectivas tanto do ponto de vista de despesas quanto de receitas. Vou falar um pouco da

execução dos últimos anos do orçamento e como estamos projetando para frente, para os próximos anos. Falo um pouquinho da questão dos esforços do lado da receita que fizemos ao longo deste ano para completar o orçamento. Sei que em audiências anteriores, nas temáticas, aquela reportagem sobre o PPI foi mostrada repetidas vezes aqui, certamente a parte em que o Vereador Eduardo Tuma fala é mais elegante do que aquela em que o Secretário da Fazenda fala – fazendo uma menção à CPI. Vou falar do PPI e de outros esforços importante que fizemos pelo lado da receita. Vou falar um pouco do caixa da Prefeitura, sempre há esse questionamento: qual é o caixa; tem dinheiro em caixa? Acho que esse é um tema importante para execução do orçamento, para o orçamento do próximo ano. E termino falando dos números do orçamento e das premissas que usaremos para os exercícios.

Vou começar com o cenário econômico, o pano de fundo. Como todos vocês sabem, passamos um ano difícil ainda, um ano complicado da economia brasileira. Foi o quarto ano consecutivo de recessão. A recessão econômica não se caracteriza apenas pela queda no PIB, ela se caracteriza quando o PIB cresce menos do que é suficiente para absorver trabalhadores, absorver a demanda da sociedade. Em 2014 o PIB cresceu zero, depois houve dois anos de forte queda no PIB e este ano uma recuperação ainda muito tímida, abaixo do que se esperava no início do ano e abaixo do que se esperava quando foi elaborado o orçamento para este ano. E isso teve um impacto nas receitas.

E o que esperamos daqui para frente? Na verdade nós emprestamos – não fazemos projeções na secretaria – da amostra de projeções feitas pelo Banco Central e por economistas do setor público, do setor privado e de várias áreas e a média, mediana das projeções apontam o crescimento de 2,5% do PIB para frente. É uma retomada que vai nos ajudar nas receitas, embora não seja um crescimento tão robusto, tão imponente, quanto foi da década passada, que gerou um crescimento mais forte das receitas. Isso é importante porque em 2017, as receitas ainda foram muito afetadas, vou mostrar isso aqui por esse desempenho da atividade econômica.

E outro fator importante é a inflação. A inflação também é um referencial relevante, tanto para despesas quanto para receitas. Para receitas, porque os impostos normalmente crescem junto com a inflação e para as receitas, porque a inflação ela indexa muitos contratos de despesas da Prefeitura. Temos, só em convênio, algo perto de nove bilhões de reais da Educação, da Saúde, da Assistência Social e a maioria desses convênios são ajustados, automaticamente, pela inflação. Então sempre que a inflação é alta em um determinado período, no período seguinte, a despesa tende a ficar pressionada por causa dessa inflação alta. E quando a inflação é baixa no período corrente, as receitas sentem. Esse ano acabou sendo, a inflação baixa é uma coisa boa para o País, mas para execução fiscal ela é um problema. Porque ela trouxe para baixo as receitas desse ano, aqueles 3% da inflação de 17. Trouxe para baixo as receitas de 17, só que as despesas de 17, são indexadas pela inflação anterior de 16 e 15, que ainda eram muito altas. As despesas ainda cresceram forte com a inflação passada, e as receitas sentiram a inflação baixa desse ano. Para frente a situação muda. Porque os próximos reajustes contratuais serão feitos com base na inflação mais baixa, a inflação sobe um pouquinho, ajuda na receita e a recuperação da economia também ajuda. Passada essa travessia de 2017 que deve ainda se prolongar por um tempo em 2018, porque tem certa defasagem, até esses efeitos chegarem na receita e na despesa, temos aí uma perspectiva para frente que parece ser um pouco mais confortável ou um pouco menos desconfortável, porque também não estamos projetando uma grande recuperação da economia, do que foi no ano 2017.

Outro fator importante é a taxa de juros. Ela tem efeitos. A queda da taxa de juros é super positiva para a recuperação da economia e parte daquela retomada que estamos vendo no PIB que vai nos ajudar pelo lado da receita vai ser impactada, vai ser influenciada por essa retomada para essa queda de taxas de juros, mas por outro lado, como o caixa da Prefeitura é um caixa que é positivo ao longo do ano, para ser gasto no final do ano, vou mostrar um pouco aqui da dinâmica do caixa mais para frente, e o caixa ali é remunerado a taxa de juros, a queda

da taxa de juros faz uma diferença nas receitas financeiras ao longo do ano. Nos anos aqui de 2014, 15, 16, quando a taxa de juros era bem mais alta o caixa era remunerado ao longo do ano por uma taxa de juros muito maior. Então a Prefeitura tinha essa receita extraordinária que para 2017, principalmente, para 2018, tende a ser menor. É bom a taxa de juros cair, mas tem esse efeito colateral para o caixa da Prefeitura do Município de São Paulo, que precisa ser considerado, nas projeções do orçamento.

E finalmente o último dado com relação a conjuntura econômica que a taxa de desemprego. Como os senhores sabem a taxa de desemprego subiu de forma bastante acentuada a partir do final de 2014. Subiu ao longo, de praticamente dois anos e meio, entre o início de 2015 e meados de 2017. Aí começou a ser revertida, mais recentemente, com sinais de retomada na economia. Mas em que pese essa retomada recente a taxa de desemprego é muito alta. Porque estou chamando atenção para taxa de desemprego, Porque uma das variáveis mais importantes para determinar a taxa de crescimento do PIB de serviços, não do PIB geral da economia, do PIB de serviços, é o desemprego. Desemprego é renda, e a renda é que é destinada a serviços. e o principal imposto da Prefeitura, da municipalidade, é o ISS- Imposto...

importantes para determinar a taxa de crescimento do PIB de serviços, não do PIB geral da economia, mas do PIB de serviços é o desemprego porque desemprego é renda e a renda é que é destinada a serviços. O principal imposto da Prefeitura é o ISS, que é um imposto sobre serviço. Então, quando a taxa de desemprego está mais alta, o setor de serviços sente mais. Muitos de vocês aqui são ligados ao setor de serviços e sentem isso ainda e a gente já vê alguma retomada na indústria, mas ainda que não se refletiu na retomada do serviços e isso pesa um pouco, pelo menos no curto prazo, no desempenho do ISS.

Outro ponto importante é o mercado imobiliário por causa do ITBI. O IPTU menos, mas o ITBI e o que a gente vê no mercado imobiliário que os preços subiram muito até 2015 e ficaram praticamente estáveis desde então. As negociações, as transações medidas ali pelo

ITBI - que são essas barrinhas amarelas - que eram mais fortes até 2015, caíram, tem alguma volatilidade, mas não se recuperaram.

Então, o mercado imobiliário ainda sem recuperação nos afeta diretamente pelo ITBI ainda contido e, ao longo do tempo, pelo IPTU que não tem reajustes muito sensíveis nos valores dos imóveis, significa que a Planta Genérica de Valores também tende a subir menos ao longo do tempo e, portanto, a arrecadação de IPTU - vou mostrar para vocês como desacelera nos próximos anos, segundo as nossas projeções. Então é um ambiente macroeconômico que está com cheirinho de melhora, uma vontade de melhorar, mas tem ainda um cenário turvo para 2018 e o ritmo de retomada ainda é muito lento. Então, é uma sensação de que nós vamos deixando de ficar asfixiados, está descomprimindo, mas ainda estamos sentindo um cenário econômico pesado para execução orçamentária da Prefeitura.

Passando aos tributos, como é que esse ambiente se reflete nos tributos do Município. A arrecadação de ISS, que é o nosso principal tributo, são entre 12 a 13 bilhões de reais de tributação total. Para se ter uma ideia, o ISS são 12; IPTU, oito; e ITBI cerca de 2,5; e o ICMS repassado do Estado, alguma coisa entre 6 e 7. Essa é a ordem de grandeza. Então, o ISS é 50% mais alto do que o segundo lugar que é o IPTU. Então, é muito importante.

Observem a desaceleração vertiginosa da taxa de crescimento do ISS a partir de 2011 tendo o seu ponto mais baixo em 2016. Essa taxa de crescimento mais baixa acaba sendo comido pela inflação, isso diminui o poder de compra desse ISS. Estamos vendo alguma recuperação em parte pela economia, acho que diria essa alta de 6% de 2017 tem três fatores: primeira, economia começa um pouco a melhorar; segundo, a base que é muito baixa, então, tem uma retomada; e terceiro, esforços importantes do lado da Receita e nós temos feito de fiscalizações, a Nota do Milhão, que tem ajudado um pouco também.

Mas em que pesa essa retomada, esperamos que essa retomada se intensifique nos próximos anos. Esperamos, em 2020, crescer perto de 10% em termos nominais de ISS. Mas em que pese essa retomada, quando pego a arrecadação e corrijo pela inflação, esse

gráfico é interessante. A barrinha amarela mostra a arrecadação de 2017 em comparação com outros anos ajustado pela inflação. Estamos melhorando um pouquinho frente a 2016, mas olha como a base é baixa, estamos ainda com poder de compra do ISS abaixo de 2015; bem abaixo de 2014, que foi o pico; abaixo de 2013; estamos empatando com 2012.

Então, em que pesa essa retomada, quando eu coloco a inflação na história e as despesas crescem junto com a inflação, o poder de compra do ISS - o que eu consigo comprar com a mesma arrecadação - é o que eu conseguia em 2012. Então, nós acabamos retrocedendo um pouco nesse sentido.

O IPTU, por outro lado, tem uma história inversa. O IPTU teve um processo de arrecadação bastante firme nos últimos anos, inclusive para 2018. A projeção de 9%. Essa alta do IPTU reflete, fundamentalmente, o bom trabalho da receita de conseguir monitorar a cobrança e deixar baixa a inadimplência e também um trabalho importante feito na gestão anterior de revisão da Planta Genérica de Valores, que foi feita em 2013 e entrou em vigor em 2014, que por conta das travas anuais até o ano que vem ainda vai gerar receitas para Prefeitura. Esse é um ponto que deve ser anotado, esse trabalho feito no IPTU que ainda gera arrecadação para frente.

Vê-se que o IPTU é diferente do ISS. Ele continua crescendo, está em um patamar mais alto. Daqui para frente, não deve crescer mais tanto porque, como eu falei, o mercado imobiliário já não tem a mesma pujança do passado, mas eu acredito que a gente consiga manter essa base aqui.

O ITBI vem em um ritmo relativamente estável de crescimento para frente, 6%, só o ano passado que foi mais negativo. O ITBI também chegou ao patamar em 2013 e lá se mantém desde então, perto de dois bilhões de reais, ele representa menos, mas outro problema que temos é o ICMS.

O ICMS, o repasse de ICMS do Estado é importante, ele representa praticamente um pouco menos do que arrecadação do IPTU, então, é um valor importante que vem aqui de

arrecadação constante da Prefeitura e teve um desempenho por conta da recessão forte da economia, muito fraco nos últimos anos e a recuperação deste ano também é muito tímida. Quando eu saio da taxa de crescimento, observem que dramático que é a queda da arrecadação em termos reais do ICMS nos últimos anos. Tivemos um pico, em 2013, de 9 bilhões, estamos com sete, em 2017, ou seja, voltamos praticamente igual a 2016. O que cresceu este ano foi só a inflação. Estamos com o mesmo poder de compra que 2007 no ICMS, que é uma das receitas recorrentes mais importantes da municipalidade, por conta da recessão econômica, estamos nos patamares de 2007, ou seja, 10 anos atrás.

O IPVA, também como ITBI, é menos relevante, mas também mostra uma queda relevante. Aquela questão que mencionei do plano de fundo econômico, da recessão, das dificuldades, elas de fato se refletem na arrecadação de impostos e até este ano, começinho do ano que vem, a gente ainda deve sentir essas dificuldades, essa queda do poder de compra, da arrecadação de impostos da Prefeitura, com exceção feita a linha do IPTU, que eu falei separadamente.

Essas são as receitas do lado de impostos. Receitas recorrentes, receitas tributárias. Agora, queria olhar para as receitas de capital, que também é outro fator que quando se trata de orçamento, é um dos fatores que mais chamam a atenção, a diferença entre o que é historicamente projetado de arrecadação de capital, que gera muita expectativa de que vão ser construídas obras, porque existe um valor no orçamento que é maior, mas quando vamos para a realidade, o que acontece mesmo é muito diferente. As barras azuis mostram as receitas de capital que são fundamentalmente os repasses, como PAC e de outros entes, vendas de ativos, alienação de patrimônio. Projetado sempre é muito alto. Desde 2011, 2012, temos uma projeção em torno de 3,4,5,9,7, lá em cima, nas projeções de receita de capital, só que o realizado, o que acontece mesmo é bem mais baixo.

Então, isso refletia, pelo menos deste lado, certo irrealismo do orçamento. Não é que o orçamento era mentiroso, existia uma expectativa, mas a virada da atividade econômica

foi muito forte e a incapacidade dos entes de fazerem repasses, a queda da atividade econômica também dificulta a realização desse orçamento. O que estamos fazendo é trazê-lo um pouco mais para baixo. As barras amarelas mostram o orçado, que seria comparado com as linhas azuis, e a parte verde da barrinha é a novidade que trouxemos que é o Plano de Desestatização e Parcerias, que tende a trazer uma arrecadação adicional.

Vocês percebem que também no nosso orçamento colocamos uma expectativa de que essa arrecadação de receitas de capital possa ser melhor, mas, olhando para o histórico recente, chama a atenção essa diferença. É importante monitorar de perto.

Nós quisemos trazer essa barrinha amarela mais para baixo, para trazer o orçamento um pouco mais perto da realidade. O PAC já não existe mais, acho que não faz sentido manter essa diferença tão grande que aparecia em outros orçamentos. Pode passar esse aqui também.

Agora, do lado da receita, eu queria destacar alguns esforços que fizemos e que nos ajudaram a equilibrar o caixa e o orçamento, ao longo deste ano, e que também devem fazer efeito para a arrecadação nos próximos meses.

Primeiro, a Nota do Milhão, que é um programa de sorteio de incentivo para pedir nota. Naturalmente, não são as grandes notas fiscais, mas são aquelas pequenas notas das lavanderias, dos barbeiros, de todos esses prestadores de serviços que tendem a emitir menos notas fiscais.

Olhem que interessante: as barras azuis claras são as notas fiscais emitidas em 2016, as barras azuis escuras são as de 2017. A Nota do Milhão foi implementada, a partir de março, vejam como, desde março, nós temos uma emissão de notas fiscais bem superior à do ano passado. Há um crescimento de quase 20%. Isso não se reflete em 20% de aumento de arrecadação, porque as notas não são as notas mais gordas - eu diria - mas mostra uma eficiência um pouco maior.

Aliás, é outra menção que eu queria fazer aos últimos anos de gestão da Fazenda.

Muitos dos esforços que nós fazemos na Secretaria da Fazenda não são esforços pontuais, mas contínuos. A equipe da Secretaria da Fazenda é um corpo técnico estável, que está há bastante tempo na Prefeitura e vem trabalhando, há muitos anos, para melhorar a capacidade de arrecadação, de fiscalização e nós estamos dando continuidade para esse trabalho que, principalmente nos últimos dois ou três anos, se intensificou e nós estamos dando continuidade. Isso está se refletindo na arrecadação. Pode passar.

Também fizemos muitos exercícios de fiscalização. Aqui está um pouco do mapa da cidade de São Paulo e as fiscalizações que nós fizemos em vários setores: *valet*, salão de beleza, academia, autoescola, educação, ou seja, fomos a vários segmentos do setor de serviço para aumentar a fiscalização. Isso também tem refletido aumento não só no pagamento de impostos, porque as pessoas sentem a presença do fisco e aumenta a sensação de risco, mas também lavramos autos de infração. Só neste ano foram 1,7 bilhão de reais em autos de infração que vêm sendo lavrados. Essa é uma tendência que vem crescendo, nos últimos anos, nós estamos intensificando e continuando agora nesta gestão. Na gestão anterior também, de forma muito competente, a Receita Municipal fez um trabalho importante para aumentar a inteligência tributária.

Aqui são novos sistemas que também estamos implementando. Pode passar.

Finalmente, muitos perguntaram como foi o desempenho deste PPI. Foi um bom desempenho, semelhante até ao PPI de 2015, que tinha sido o mais forte da história recente.

É interessante olharmos para o PPI acumulado ao longo dos dias, porque a turma deixa sempre para a última hora. O grande crescimento de arrecadação, tanto do PPI de 2015, quanto de 2016, foi nos últimos dias de abertura. Tivemos no anterior uma adesão total perto de 4,7 e, o deste ano, em torno de 5,4, ou seja, um trabalho que deu muito certo.

Sempre reforço que o PPI não é algo para ser utilizado a todo momento, nós não queremos fazer outro nesta gestão, porque não se pode incentivar o comportamento de não pagar impostos, mas, diante das circunstâncias e do momento de desaceleração da economia

que vivemos nos últimos anos, de recessão, num momento muito peculiar e particular da economia brasileira, fazia sentido um programa como esse. Deu certo.

Quero mencionar o trabalho importante da Receita Municipal, da Procuradoria e da CPI, aqui na Câmara Legislativa, que trabalharam em várias mãos. O setor privado também entendeu a importância da adesão. E o resultado foi muito bom, tivemos um resultado à vista...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Caio, explica melhor dois mil e... o à vista, do Plano de Parcelamento que está entrando.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Dois mil e dezessete.

O SR. CAIO MEGALE – Você roubou exatamente o que eu ia falar, o à vista e você entrou aqui.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. CAIO MEGALE – O que é o resultado aqui, então? Em 2017, a previsão no Orçamento é que entraria à vista 1.4 bi. Então, assim, quando olhei esse orçamento pela primeira vez, arregalei o olho e disse: “aqui vai ser difícil da gente chegar”. Esse era, na verdade, quando estimávamos as deficiências no Orçamento, os buracos no Orçamento, que tínhamos para cobrir, esse era um pedaço. Em 2015 o resultado foi perto disso: foi 1.4 ou 1.5 à vista. Conseguir superar aquele resultado ou empatar com aquele resultado, com basicamente a mesma base de tributos, porque estamos indo para a mesma base de dívida, cobrando de novo, só um ou dois anos a mais em dívida, ia ser um negócio difícil de ser atingido, mas nós conseguimos, de novo, com esse trabalho todo que eu mencionei aqui, 1.6, batemos o Orçamento e ainda superamos um pouquinho. Esse pouquinho que nós superamos vai nos ajudar a terminar o ano com caixa relativamente equilibrado.

O Orçamento previa despesas respaldadas nesse 1.4, nós vamos conseguir cumprí-las, cumprimos todas as obrigações da municipalidade e ainda sobrar um restinho para o início do ano que vem, que sempre tem gastos importantes logo no começo do ano. Então

teremos alguma folga para fazer frente a essas despesas importantes.

Para os próximos anos, como o grosso desse PPI foi ingresso à vista, ele não muda muito a projeção que tínhamos enviado para cá do que deve entrar nos próximos três anos.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Quanto entra em dezembro? A previsão já entrou.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. CAIO MEGALE – Não, em dezembro não, 1.6 inclui a previsão de dezembro, mas dezembro é poquinho, o grosso foi em novembro.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Fecha 1.6, se eu entendi?

O SR. CAIO MEGALE – Fecha 1.6, é o valor total .

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Já com a CPI? Com o dinheiro que a CPI...

O SR. CAIO MEGALE – Isso. Aqueles recursos da CPI, até em audiências anteriores, foi muito perguntado, e nós falamos que não sabemos ainda, porque precisávamos fechar o prazo de pagamento daqueles boletos, que fechou dia 14 agora. E aí, na semana passada, fizemos o balanço final e vai dar esse 1.6, em dezembro vai entrar dez milhões ou 12 milhões, não é muita coisa não. O grosso entrou agora.

Então para a frente temos orçado agora, uma tendência que, obviamente, vai caindo ao longo do tempo: 800 milhões para 2018, isso não inclui só o PPI de 2017, inclui também os PPIs de 2015, que são parcelamentos de vários anos e que vão entrar, mais ou menos, em linha e que estamos prevendo, para 18 está até um pouquinho abaixo do orçado, uns 20 ou 30 milhões abaixo do orçado e, depois, uma retomada, em média está ok o Orçamento. Depende muito de quanto que vai ter de inadimplência desse PPI que foi acumulado. Acho que é um pouco essa história e também ajudou, faz parte dos esforços de arrecadação, que nós tivemos ao longo desse ano.

Vamos olhar, então, para as despesas. Com receitas apertadas, muito comprimidas, esse reforço de caixa que chegou muito no final do ano, tivemos de fazer um ano

de bastante austeridade do lado das despesas, a despeito do fato, como falei, enfim, estamos cumprindo com todas as obrigações contratuais e de folha de pagamento e de previdência, mas as despesas são importantes de serem acompanhadas. Passa mais um, por favor.

As despesas totais desse ano vão crescer 2,5%. Foi preciso fazer um ajuste relevante aqui nas despesas para que se equilibrasse o caixa ao longo do tempo. Nos últimos anos as despesas nominais cresceram acima das receitas, precisávamos fazer esse equilíbrio. Conseguimos. Vamos fazer uma execução austera e essa execução de redução de despesas – pode passar – a despesa cresce um pouco frente ao ano passado, aqui são só os valores, mas passa para o próximo, próximo também, ela não se dá só em despesas de capital, que não tem aquela receita como contrapartida, também despesas correntes. Nós fizemos ajustes importantes em alguns gastos da Prefeitura, em alguns que chamam a atenção de redução de cargos comissionados, revisão de contratos, até de coisas pequenas, mas que são simbólicas como o fim do *Diário Oficial* impresso, que economizou quase um milhão de reais por mês. Então, há várias iniciativas que estamos tomando de melhorar a eficiência do gasto público. Ainda tem muito para ser feito, mas conseguimos avançar neste ano.

Pode passar para o próximo.

Aqui são as despesas correntes, é o mesmo número.

As despesas de capital sentem mais, sofreram mais porque é onde teve a queda mais abrupta das receitas, quer dizer, aquela decepção. Em 2016 a queda já tinha sido muito forte, de 20%. E neste ano uma queda adicional de 15%. Acho que o grande desafio que nós temos, para os próximos anos, na gestão pública, é retomar a capacidade de investimento da Prefeitura, de fazer investimentos com alto impacto social. E esse é um desafio, porque do lado das despesas... Mas antes de falar sobre o desafio principal, quero dar um exemplo da redução. Fizemos uma renegociação importante de aluguéis, que cresceram, neste ano, frente ao início do ano, cerca de 18%. Sempre no início do ano há um salto por causa da revisão de aluguéis da virada do ano e da aplicação da inflação. Nós conseguimos trazer bem para baixo.

Em 2016 já havia sido feita uma renegociação, que trouxe um pouquinho para baixo, mas subiu de novo. E agora estamos trazendo, vocês vêm mês a mês como continua recuando como efeito desses esforços feitos no início do ano.

Pode passar.

Mas o grande desafio que nós temos é o equacionamento de algumas dinâmicas do lado da despesa, que tem de ser olhado com lupa, com cuidado. Eu peguei alguns itens, só custeio, não coloquei pessoal e não tem investimento. É a parte da manutenção. Saúde, Educação, Assistência Social, subsídio do ônibus e inativos, isto é, previdência. São cinco itens, mas que representam quase metade do orçamento. E nos últimos anos, essa tendência cresceu cerca de 100%, enquanto as receitas correntes cresceram 40%.

E vocês podem perceber que essa é uma dinâmica que começa em 2017; vem ao longo de oito, nove, dez, onze; ao longo da gestão passada e ao longo do primeiro ano desta gestão. Então vai mais além do que simplesmente a gestão. É uma tendência que precisamos, como sociedade e como Município, prestar atenção porque isso vai gradativamente tomando espaço no orçamento público.

Vou voltar nesse tema. Só vou falar um minuto sobre a evolução do caixa da Prefeitura.

Esse gráfico, eu reputo como muito importante para que entendamos um pouco da dinâmica da execução orçamentária ao longo do tempo e como isso impacta até as discussões orçamentárias. Esse gráfico mostra a evolução do caixa da Prefeitura do início até o final do ano; dia a dia, numa média móvel de 30 dias para dar uma suavizada e para tirar aquela coisa de entrada de imposto e saída de folha. Só dei uma suavizada nele.

Em vermelho, é a média de 2014 a 2016. São os três anos anteriores. Em azul, é 2017. A primeira coisa que observamos desse gráfico: é normal ter caixa na Prefeitura nessa época do ano. Por que é normal ter caixa na Prefeitura nessa época do ano, cerca de 2,5 ou três bi? Porque quando chega dezembro, não tem mais arrecadação de IPTU e sobra um

monte de despesas, que vêm ao longo do ano, de fechamento do ano. Então em média, nós precisamos de algo perto de 2,5 bi de caixa no fim do ano para conseguir enfrentar dezembro. Dezembro é o inverno orçamentário da Prefeitura. Sabem aquela história da cigarra e da formiga? Tem de haver um pouco de reserva, porque quando chega dezembro, a gente precisa pagar o 13º, precisa pagar todos os contratos que não terminaram e não foram empenhadas e precisa deixar um restinho porque dia 2,3,4 de janeiro começa as despesas de novo e a arrecadação não entrou. Ao longo do ano nós tivemos no primeiro quadrimestre até um desempenho semelhante do que nos anos anteriores, aí a partir de junho, julho o caixa começou a cair num ritmo um pouco rápido demais, isso nos preocupou demais naquele momento, se a dinâmica continuasse, nós provavelmente não conseguiríamos fechar o ano de forma tão equilibrada. Fizemos esforços adicionais do lado da receita, da despesa e o PPI nos ajudou a reverter aquela tendência e agora nós estamos com uma situação de caixa que não nos permite grandes euforias, mas nos permite um fechamento de ano relativamente equilibrado, com algumas sobras de caixa para as despesas iniciais do ano que vem.

Orçamento. Só para voltar um pouco naquele ponto que comentei sobre as tendências das despesas, quero que vocês observassem um pouco esse gráfico e perdessem um pouco de tempo olhando para ele. Esse gráfico mostra o seguinte, a dinâmica do custeio de novo, saúde, educação, assistência social, subsídio do ônibus, aí coloquei duas outras coisas: o pessoal ativo, folhas de pagamento que a gente não tem controle, e dívida do município que não é grande, é pequena, principalmente, depois da renegociação, mas é um dever contratual. Esses itens, esses pontos que estão caracterizados em azul claro, representavam 65% das despesas do Tesouro em 2007. Em 2017 representam 83%. Ou seja, esses caras eles vão crescendo e vão tomando de fato e é difícil porque são coisas muito delicadas, muito importantes.

Os convênios da educação e saúde, transporte público, a previdência daqueles que trabalharam para a Prefeitura. Mas o fato é que quando a gente olha só para dinâmica

financeira nós temos uma compressão e espaço para os outros recursos. Aquele espaço azul escuro que está sendo espremido são recursos para lixo, varrição, zeladoria, habitação, segurança, cultura, parques, investimentos, meio ambiente, trabalho etc.

Essa dinâmica é algo que a gente equaciona esse ano, vai equacionar no ano que vem, mas vai além de uma questão de curto prazo. Temos de pensar a Cidade mais para frente, para daqui 5,10 anos até onde vai essa tendência.

Destaco o ponto da Previdência que chama a atenção. Esse gráfico mostra a evolução da Previdência Municipal nos últimos dez anos. Desde 2008, a parte azul escura e preta é a contribuição patronal do servidor, normal, e a barrinha vermelha é o déficit da Previdência. Esse déficit era de um bilhão em 2008, passou para 1.6 em 2012, 3.5 em 2015, e 3.8 no ano passado, 4.7 esse ano, vai para 5.8 ano que vem. Aqui não tem muita técnica de projeção porque é só ver o ritmo de aposentadoria, a pirâmide etária dos servidores. Essa conta não é muito difícil de ser feita. Vai para 8.4 em 2020. É uma dinâmica que precisa ser observada. De 2017 para 2018 sobe 1.1 bilhão o déficit. A variação é 1.1 bilhão. Sei que tem o pessoal da Cultura aqui. Só o aumento do déficit da Previdência para o ano que vem representa mais do que duas vezes o orçamento da Cultura inteira. Como se eu tivesse que desligar a Cultura e mais meia dúzia de pastas menores só para fazer frente e isso não vai acontecer, mas é só para dar uma dimensão do tamanho desse aumento do déficit da Previdência.

Essa é uma coisa que a gente tem de observar. Que vai além do que a gente tem capacidade de fazer para um ano ou dois anos porque são direitos e está na legislação, mas temos de pensar isso como vai ser a cidade em 2020 quando esse déficit estiver em 8.4, como é que vai ser a cidade em 2025, quando esse déficit estiver perto de 20 bilhões de reais.

Eu vou passar essa parte de rigidez dos recursos. Quero terminar só mostrando os grandes números do Orçamento. Acho que esse é um pano de fundo importante, tanto de despesas como de receitas, como são os números do Orçamento. Temos uma LOA de 2017,

receita total de 54,7. Devemos executar, devemos ter de receita de fato 51,8. Então, teve uma diferença de praticamente 3 bilhões. Essa diferença era maior, ela foi recuperada com as fiscalizações, com a Nota do Milhão e com o PPI, que teve sucesso. Para 2018, nós estamos colocando 56,2, que é um incremento não muito grande frente à LOA de 2017, mas muito importante frente à realidade. Por isso, quando eu olho esses números, eu reputo o Orçamento de 2018 como um orçamento realista, que reflete a sociedade. E aqui tem como é que isso abre em algumas das despesas que eu mencionei, que é a mesma coisa em termos de educação, que vai para 11,7; saúde, perto de 10 bilhões; aí, tem encargos especiais, urbanismo, administração, previdência com 11 bilhões de reais de Orçamento total.

Aqui a mesma coisa, com despesas por grupo de natureza. Esses gráficos também estão lá na internet, no projeto de lei que enviamos ao Orçamento.

Só para terminar, alguns dados históricos. Eu peguei a Secretaria de Habitação. Eu sei que esse gráfico já foi mostrado aqui, mas ele reflete um pouco daquela realidade da decepção do lado da receita de capital. As pessoas dizem: “Ah, o Orçamento da habitação é menor do que o do ano passado”. É menor porque na verdade o que nós reduzimos foi uma espuma que existia lá. Aquela linha azul escura na verdade nunca foi real. O realizado é muito menor do que aquilo porque não existia aquela receita. E como o PAC Mananciais, por exemplo, foi agora oficialmente descontinuado, extinto, não teria nenhum sentido a gente manter a execução por aí.

Em termos de execução, o ano de 2017 foi até melhor que o ano de 2016 e o de 2015. Mas fica tudo mais ou menos na mesma base, principalmente quando a gente compara com o Orçamento. Então, isso aconteceu aqui na habitação, que é um exemplo que eu peguei. Há outros também, de todas as pastas que são mais sensíveis à transferências e receitas de capital.

Acho que eu passei um pano de fundo mais geral, dei várias informações. Eu gostaria então agora de passar adiante e ficar à disposição para ouvir os comentários,

continuar anotando as sugestões que são importantes para a gente elaborar a peça final do Orçamento, que tem muita influência da sociedade em conjunto com a Câmara Municipal. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Secretário. Anuncio a presença do Vereador Reginaldo Tripoli, o Xexéu, do Vereador Aurélio Nomura, Líder do Prefeito; do Vereador Ota; do Vereador David Soares; do Secretário Wilson Pollara.

Secretário, a Saúde tem o segundo maior Orçamento. E, na primeira oportunidade, da temática da Saúde, o Secretário não pôde estar conosco, veio o Adjunto, que fez um grande papel aqui. Eu pediria ao Secretário Pollara que falasse um pouco sobre o Hospital da Brasilândia e o de Parelheiros, com entrega garantidíssima. E o Caio não disse exatamente quando tem em caixa, mas, ao longo da audiência, ele vai dizer, não é? (Manifestações fora do microfone). Ele fala 3,5; eu e o relator falamos 5. Com o tempo a gente vai mexendo no coração do Secretário e vai saindo dinheiro aqui durante a audiência. O bom das audiências públicas tem sido isto: conforme ela vai se desenvolvendo, vai entrando dinheiro. Isso é importante.

Secretário Wilson Pollara.

O SR. WILSON POLLARA – Bom dia a todos. Obrigado pela oportunidade de estar aqui com vocês. O nosso plano é justamente agir nas duas pontas: primeiro estamos agindo nos hospitais; vamos entregar o Parelheiros, que entre hoje e amanhã passará por vistoria de uma equipe técnica. O ambulatório e do pronto atendimento vão ser entregues em dezembro para já começar a funcionar em meados de janeiro. Logicamente as alas de todos os hospitais vão sendo inauguradas aos poucos, porque não se consegue contratar todos os profissionais ao mesmo tempo. As lideranças locais já foram contatadas para as indicações das pessoas que estão dispostas a trabalhar no hospital, e nós levar em conta as indicações o máximo possível pela comunidade e pelos Vereadores para que também possamos atender esse anseio político da região.

Quanto ao Hospital Brasilândia, já está com seu orçamento revisto – caiu cem milhões e aumentou em 50 leitos. Quer dizer, tiramos toda aquela parte administrativa, mais de requinte que o hospital tinha para priorizar a assistência e o atendimento. Por isso o hospital ficou mais barato e maior para o atendimento à população.

Tanto o orçamento de um como de outro já está garantido, e também estamos revendo toda a estrutura hospitalar do Município, formando as famosas redes que constam do artigo 198 da Constituição de 88, que diz que as ações de saúde devem ser executadas através de redes regionalizadas e hierarquizadas, desde a estrutura mais simples até a mais complexa. O Município de São Paulo vai ser dividido em cinco redes, tendo sempre um hospital estruturante, como o hospital de alta complexidade, onde vão ser realizados todos os procedimentos tipo transplantes, cirurgia cardíaca, neurocirurgia e UTI. Daí vai-se diminuindo a complexidade com hospitais estratégicos para cirurgias eletivas, com hospitais de apoio para os doentes crônicos de longa permanência, justamente para que não tenhamos leitos ocupados por longos períodos por pacientes que não precisam mais daquela estrutura que o hospital tem. Então, muitas vezes, deixamos de atender um caso grave, em que há necessidade de se usar a estrutura e lá no hospital há pacientes internados simplesmente com cuidados de enfermagem, que poderiam ter sido feitos em outro local.

Esta, portanto, será uma mudança realmente cultural que a sociedade vai ter que entender: para cada caso, para cada tipo de doença, vai ter um hospital especial, que não é melhor nem pior, é o apropriado àquele caso, para aquele tipo de patologia.

Na outra ponta, estamos hoje com 34% de cobertura de equipes de saúde da família do Município como um todo, mas como metade do Município tem convênio, isso gera 68% de cobertura de equipes do Saúde da Família. O nosso coordenador, Dr. Marcos Carvalho, já fez um estudo e, na região Sul, rapidamente nós vamos aumentar mais 25% de cobertura. Nós vamos chegar, então, a cerca de 88% de cobertura de equipes do saúde da família. O objetivo é que cada pessoa, cada munícipe tenha o seu agente comunitário, o seu

médico de família, a sua unidade básica, a sua UPA, o seu hospital e o seu hospital de alta complexidade. Cada pessoa terá de reconhecer toda a rede a que tenha direito, porque não tem mais sentido você pegar um telefone e ficar buscando por São Paulo inteira e, às vezes, até pelo Estado inteiro, um leito de UTI. Não. Cada região, cada pessoa, terá de ter o seu hospital, o seu hospital estratégico, o seu hospital de apoio, o seu centro de especialidades, a sua UPA, a sua unidade básica, a sua equipe de saúde da família e seu agente comunitário. Esse é o nosso objetivo daqui para frente.

O SR. RICARDO NUNES – Dr. Pollara, o senhor não tem ideia da alegria que está me dando, aqui, imagino, também, para os Vereadores David Soares, Jair Tatto e para outros Srs. Vereadores, com relação ao Hospital de Parelheiros.

No dia 18, agora, foi feito um movimento da sociedade organizada. As pessoas, realmente, estão fazendo essa luta toda. Inclusive, teremos Oncologia, lá. Até conversei com o Marco Antonio. É possível fazer uma parceria com o Instituto Dr. Arnaldo, para colocar, lá, a quimioterapia. Já fizemos essa experiência em Santo Amaro. Ou seja, um espaço com vários serviços, reduzindo o custo.

Então, em janeiro, estaremos lá inaugurando o Hospital de Parelheiros.

O SR. WILSON POLLARA – Isso.

O SR. RICARDO NUNES – Obrigado. Parabenizo-o pela equipe que o senhor tem lá: o Maurício, a Mariceia, o Marco Antonio.

Parabéns pelo trabalho que o senhor vem desenvolvendo.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – O Sr. Eduardo, Chefe de Gabinete da Secretaria de Direitos Humanos se faz presente.

Tem a palavra a Sra. Camila Vieira. (Pausa). Tem a palavra o Sr. José Neto. (Pausa) Tem a palavra a Sra. Maria Mota.

O SR. RICARDO NUNES – Sr. Presidente, só para fazer uma solicitação.

As audiências foram maravilhosas. Se não tivéssemos a participação de vocês, não teria sido o sucesso que foi. Mas não podemos incorrer no erro das outras, de falarmos demais e não termos a resposta da Mesa. É só para ponderarmos isso.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – É. Estamos tendo essa dificuldade. Aí, estoura o tempo e os Srs. Secretários não conseguem responder. Depois, os culpamos por não terem

respondido.

Informo as presenças da Sra. Gitane Leão, Secretária-Adjunta de SMADS, e do Sr. Daniel, Secretário-Adjunto da Saúde.

A SRA. MARIA MOTA – Bom dia a todos e a todas.

Minha pergunta se faz na questão do orçamento geral.

Em 2017, nós ouvimos várias informações de que o orçamento que tínhamos para 2017 não se fazia real. Inclusive, tivemos vários problemas com a questão dos convênios, se tínhamos dinheiro para fazermos o pagamento ou não.

Se isso já ocorria em 2017, como é que estamos conseguindo aumentar um orçamento para 2018 com base em desestatização? Então, esse orçamento também não é real. Seria fictício? Essa é uma questão.

Pela análise do Dieese, teremos cortes para proteção básica, 8% para o atendimento de crianças e adolescentes. Se a nossa política prevê prevenção e proteção, como não vamos olhar para a criança e o adolescente? Então, vamos explodir com a produção especial, situação de rua, é isso?

Outra questão é sobre a formação e recursos humanos que também está previsto 66% no corte. Se não temos formação para os trabalhadores, como é que damos conta de uma política tão complexa? E a outra questão que embora não seja a pauta de hoje, eu preciso dizer que nós, servidores, estamos sendo assediados. E eu pontuo aqui hoje porque estar neste lugar e questionar vai me render perseguição, infelizmente, se for eu ou qualquer um dos meus colegas.

Estivemos juntos em uma reunião este ano junto ao Sabará e informamos a ele sobre essa perseguição ao que ele rapidamente disse que não concorda. Contudo, eu preciso dizer que nesta gestão, não sei se tem anuência ou conhecimento do nosso Secretário ou não, continuamos sendo perseguidos. Colegas estão adoecendo, sendo transferidos de locais de trabalho e não estamos sendo avaliados pelo nosso trabalho técnico. Ou seja, não podemos questionar. Se estamos em reunião, perguntam de onde somos, anotam em papéis e o nosso nome vai para outros locais. As nossas supervisoras são chamadas. Então, eu só queria

publicizar que nós somos servidores públicos. Não defendemos partido político, tão pouco atacamos, questionamos. Nos posicionamos a favor do usuário, somos trabalhadores do SUS e defendemos uma política pública. . Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado. Edson José Mineiro, Robério Nascimento. Maria do Socorro, em seguida.

O SR. ROBÉRIO NASCIMENTO - Bom dia a todos. Cumprimento a Mesa, os colegas conselheiros tutelares. Sou Robério Nascimento, sou conselheiro tutelar da Sé.

A primeira coisa, queria me solidarizar com a servidora e tem o nosso repúdio atitudes como essa, assédio não pode. Não esperaria nesta audiência denúncia desse nível. Espero que isso seja verificado e corrigido.

Eu queria falar um pouco sobre assistência social. Você fala de previsão de orçamento maior para o ano que vem, a gente precisa garantir que a proteção especial tenha de fato investimento, porque o Secretário de Finanças, quando coloca a questão do desemprego e quando tem o aumento do desemprego, aumento a vulnerabilidade social das pessoas. E no nosso caso, crianças e adolescentes. Então, a proteção especial não pode sofrer redução de investimentos, porque é nela que há a prevenção.

A outra questão é que nós que atuamos no centro, temos uma demanda muito grande de adolescentes em situação de rua. Há reivindicação dos órgãos, dos trabalhadores da assistência, Secretário da assistência, que tenha um centro de convivência na região central, porque os adolescentes vão para os Creas, para os conselhos, os outros serviços reivindicando o atendimento às necessidades específicas deles e não têm esse serviço. Existiam no centro, foram fechados. Inclusive, que o serviço não atenda somente comida, banho, mas que tenha atividade sócio educativa. Nas atividades sócio educativas há possibilidade de trabalho social muito grande com esses adolescentes. A gente precisa disso....

...comida, banho, mas que tenha atividade sócio-educativa, porque com as atividades sócio-educativas você tem uma possibilidade de trabalho social muito grande para

esses adolescentes. A gente precisa disso.

Para ser rápido, o Secretário de Direitos Humanos não veio?

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Está o Chefe de Gabinete, o Eduardo, que esteve na outra.

O SR. ROBÉRIO NASCIMENTO - Então tem uma preocupação com relação a recurso destinado para os Direitos Humanos, inclusive, para o Conselho Municipal no tocante à questão da formação continuada dos conselhos tutelares.

Em 2017, não tivemos. E parece que o recurso destinado é insuficiente. Não sei se os colegas conselheiros do CMDCA vão se posicionar, mas há uma necessidade de ampliar isso.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Ontem os conselheiros estiveram conosco e falaram sobre isso.

O SR. ROBÉRIO NASCIMENTO – Mas hoje é a questão do orçamento, ontem foi a pauta específica.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Ontem foi das prefeituras regionais.

O SR. ROBÉRIO NASCIMENTO – Exatamente. Outra coisa muito importante é olhar para os trabalhadores da Assistência. Sei que muitos deles estão aqui, a questão do dissídio da categoria. Precisa ser pago, Secretário.

- Manifestações na plateia.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Está registrado aqui.

O SR. ROBÉRIO NASCIMENTO – Porque esses trabalhadores têm lá na ponta, sobretudo, os orientadores sociais que estão nas ruas, nos centros de acolhida e que não tem uma remuneração digna, vamos falar a verdade. E ainda não têm o dissídio pago.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado. Só para reforçar, se ajudar na fala, queremos ouvir dos Secretários, tanto o Sabará quanto o Caio, é sobre o dissídio da categoria,

2.8, que as entidades vão pagar este ano, inclusive, com 13º e precisamos saber o posicionamento aqui.

Dona Maria do Socorro.

A SRA. MARIA DO SOCORRO – Boa tarde a todos, à Mesa, ontem fiquei muito triste como sempre. Uma reunião que teve extraordinária, da Comissão Ordinária da Pessoa Idosa e não compareceu um Vereador. Era para falar sobre as necessidades, dificuldades dos idosos. Nós ficamos lá feito otários, imbecis, esperando a boa vontade deles.

A única que veio, a Vereadora Juliana, para por pano frio na nossa indignação. Todos nós fizemos papel de palhaços. Por isso vocês não me viram aqui, porque eu não corro das dificuldades.

Agora, pergunto: o que vocês estão fazendo para o idoso? Não esqueçam que os idosos estão aumentando proporcionalmente. Vocês todos, os jovens, as crianças e a Mesa e todos os representantes do povo têm que ter mais respeito e carinho por que vocês acham que não vão ficar velhos, porque muitos já estão.

Sou de Itaquera, com orgulho, e o que vejo infelizmente, acreditamos que não temos mais esperança, só que não esqueçam que eu sou Itaquera, sou periferia e temos um equipamento lá, que foi inaugurado, a URSI, e continua fechado. Porque parece que todo mundo ficou cego, não estão enxergando a URSI.

Fora isso, não temos nada. Não só nós, mas crianças e os adolescentes também, funcionários nem se fala. Aqueles que trabalham com dignidade e respeito, mas têm muitos profissionais que não fazem o seu papel nem o seu dever de casa.

E é por isso que infelizmente está acontecendo o que está acontecendo, porque muitos idosos chegam aqui e ficam batendo palmas para pessoas que não são dignas. Têm pessoas sim que merecem respeito, mas infelizmente quem têm de ser respeitado somos nós, lideranças e pessoas que sabem das necessidades da periferia. Quero respeito e atenção para todos nós. Olhem com carinho, o jovem, que eu respeito, temos de ensinar o caminho para

eles, porque senão não temos esperança com nossas crianças.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, D. Maria. Tem a palavra o Sr. José Liberato.

O SR. JOSÉ LIBERATO – Bom dia a todos e a todas. José Liberato, conselheiro tutelar de Pedreira.

Vereador, é uma pena que o senhor falou que não será feita outra fala, porque a inscrição era para falar sobre a questão da assistência. Como hoje é uma geral, eu vou tentar ser simples e breve para que eu possa expressar a minha opinião.

Primeiro quero compartilhar com a assistência social o que foi falado aqui e que o meu companheiro Robério comentou sobre o dissídio. É uma vergonha o que está acontecendo com os funcionários da assistência social.

É lamentável isso, viu Secretário e todos os Vereadores também? Já que esta Casa tem a prerrogativa de fiscalizar o Poder Executivo. Eu peço também que todos os Vereadores fiscalizem a Prefeitura de São Paulo, porque não dá no mundo de hoje ouvir uma denúncia como foi feita hoje. É repudiante essa situação.

Pois bem, vamos lá. O Conselho Tutelar de Pedreira junto com o de Cidade Ademar fizeram uma reunião com a (ininteligível) da Cidade Julia, do Nasf e foi solicitado que fosse feito um levantamento dos processos dos CCAs, porque para você garantir a Atenção Básica é preciso que os adolescentes e crianças que estão no serviço tenham a mesma quantidade de vagas do que é ofertado. Por exemplo; cada serviço oferece 180 atendimentos, mas tem uma fila de mais de 200 por cada serviço. Isso na região de Pedreira e Cidade Ademar.

Então, vou entregar e protocolar na mesa com uma planilha que foi oferecida pelo CRAS de Cidade Ademar e Pedreira com toda a situação de todas as pessoas que foram até lá e pediram a vaga em janeiro. Há 1.230 vagas e tem uma demanda, uma fila mais ou menos

parecida com a da educação, que é lamentável. Há mais de três mil crianças e adolescentes na fila de espera de CCAs e CJs.

Como o tempo é curto, Vereador, eu também queria falar sobre a educação. Ano passado estive aqui nesse mesmo período falando da educação e é lamentável. A fila não zera, o distrito de Pedreira e Cidade Ademar é a segunda maior região que tem uma fila de espera de creche terrível. Estava passando hoje mesmo no jornal sobre essa demanda de crianças, onde e a fila não zera.

A saúde, também queria falar um pouco. Foi falado aqui do PSF e lá no posto de Pedreira, Secretário, é muita falta de médico. Então tem um posto de saúde como Laranjeira, por exemplo, que são seis equipes e só tem dois médicos, como Pantanal, como Mata Virgem. Isso é lamentável.

E eu quero deixar claro aqui que o conselho tutelar não é inimigo do governo. A gente cobra porque precisa. Nós que estamos lá na ponta precisamos que tenha o serviço. Para o conselho tutelar atender a criança e o adolescente corretamente precisa que tenho o serviço. Se o conselho requisitar serviço da Educação e não tem, a criança vai ter violado o direito dela; como da Assistência, do Esporte, da Cultura, enfim.

Era isso. Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, José Liberato.

Anuncio a presença dos Vereadores Adilson Amadeu, Alessandro Guedes, Eduardo Suplicy, Atilio Francisco que é relator do PPA, e Paulo Frange.

Alexandre Souza. Depois, Tatiana. Tatiana. Neia, Armando. Armando chegou. Conseguiu, Armando.

O SR. ARMANDO – Bom dia. Sou Armando, represento o movimento Força Funcad, formado por 60 organizações sociais que têm projetos para crianças e adolescentes basicamente financiados pelo Fundo da Criança e do Adolescente.

Srs. Vereadores, Srs. Secretários, Eduardo Barbin, representando a Secretária de

Direitos Humanos, nosso movimento foi fundado em 2014 e hoje tem 60 organizações, o que representa mais de 20% do universo de organizações que se financiam dos Fundos da Criança e do Adolescente aqui em São Paulo. Temos como missão fortalecer os Fundos da Infância e da Adolescência e viabilizar a liberação de seus recursos, apoiando e reivindicando a eficácia e a transparência da gestão dos conselhos e demais órgãos competentes, fortalecendo assim o papel das organizações sociais enquanto partícipes imprescindíveis das parcerias com o poder público.

Avaliando o que foi apresentado como proposta orçamentária pelo Dr. Eduardo Barbin, chefe de gabinete da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, no dia 9 deste mês de novembro, apresentamos as seguintes considerações à avaliação dos nobres vereadores e indagações à Secretaria.

Pela proposta orçamentária, considerando-se a obrigatoriedade legal prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente, a Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania deve, entre outros, dar suporte administrativo adequado à operacionalidade do conselho municipal da criança e do adolescente, bem como a todo o trâmite documental necessário à celebração dos termos de parceria entre a Prefeitura de São Paulo e as organizações sociais que têm projetos aprovados a serem financiados com recursos do Funcad.

Em maior parte, esses recursos são obtidos pelo trabalho de captação das organizações e são oriundos de doações.

Ter uma equipe capacitada para efetuar as visitas técnicas de acompanhamento e avaliação da execução dos projetos das organizações; ter uma equipe capacidade e adequada à quantidade de projetos em andamento, para análise da prestação de contas apresentadas pelas organizações, de modo a viabilizar a liberação dos repasses nos prazos previstos nos termos de parceria.

Hoje há organizações que estão sem receber repasse do convênio do mês de junho, ou seja, quase seis meses sem receber o repasse do dinheiro que, na maioria das

vezes, elas mesmas captaram para executar os projetos e, por deficiência da operação na questão da prestação de contas, várias prestações de contas ainda não foram liberadas.

Garantir a transparência e divulgação dos saldos do Funcad e dos estados dos projetos, segundo os procedimentos básicos de governança para a Administração Pública e ter uma equipe adequada para processar todos os termos de parceria.

Registre-se que, desde a criação desta Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, por gestões anteriores, não foi constituído um quadro de servidores permanentes concursados e com qualificação adequada, para que o andamento de tais tarefas obrigatórias pudessem ser adequadamente desenvolvidas, dentro de procedimentos e métodos padronizados, corretamente definidos e descritos de forma a garantir a continuidade administrativa, operacional e transparência, independentemente das mudanças de lideranças na Secretaria.

O próprio Secretário Caio Megale acaba de ressaltar a importância de ter uma equipe técnica competente e permanente para obter resultados ao longo do trabalho da administração. Infelizmente, existe uma distorção administrativa na Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania, pois a maioria dos funcionários é comissionada.

Portanto, essa distorção administrativa vem causando efeitos nefastos ao Funcad, no desenvolvimento dos trabalhos pela Secretaria, pois sendo a maioria dos funcionários operacionais comissionada, a cada alteração na chefia toda equipe é substituída e tudo o que foi desenvolvido e aprendido é literalmente perdido, com enormes perdas diretamente no que diz respeito ao andamento dos projetos em execução, que acabam por ficar sem receber seus repasses, por deficiência na prestação de contas e também com inaceitáveis paralisações e atrasos nos processos de celebração de novas parcerias.

Apontamos ainda que estamos no final do ano de 2017 e ainda há projetos aprovados em 2014 que não foram assinados.

Isso posto, perguntamos à Secretaria: qual o valor destinado exclusivamente ao

quadro de recursos humanos, para atender as premissas legais acima descritas e, nesse quadro, quanto corresponde ao pessoal efetivo permanente e concursado, e quanto corresponde ao pessoal comissionado?

Qual número de servidores previstos para os valores orçados? Está considerado na proposta o atendimento ao Termo de Ajuste de Conduta firmado pela Secretaria com o Ministério Público?

Nesse Termo de Ajuste de Conduta foram acertados, pela Secretaria, um certo número de pessoas e também determinadas tarefas que têm de ser obrigatoriamente cumpridas, como publicação dos resultados no *site*.

Apesar de verificarmos o empenho da Secretária Heloísa e sua equipe nesses seis meses de sua gestão em reestruturar a Secretaria, considerando-se que o saldo de recursos já captados pelas organizações e disponíveis para financiar projetos, pelo Funcad, é de mais de 240 milhões de reais, registramos que na proposta orçamentária apresentada pelo Dr. Eduardo Barbino, no dia 9, prevê-se apenas a liberação de 100 milhões, para 2018, e o valor dos projetos aprovados supera em muito esse valor.

Apontamos que do valor de apenas 100 milhões a serem usados pelo Funcad, conforme a proposta de orçamento, e continuando a retirada de 30% de recursos pela Prefeitura para outros fins diversos dos originados para o Funcad, determinados pelo ECA, ou seja, para financiamento para projetos de crianças e adolescentes, usando a Emenda Constitucional 93, restarão apenas 70 milhões. Indagamos se o valor previsto para financiamento de projetos no orçamento de 100 milhões está limitado a uma capacidade prevista da Secretaria em administrar o número de projetos, apenas 30% do total, como vem sendo demonstrado até o momento.

Caso a resposta da questão anterior for negativa...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – O senhor não quer protocolar?

O SR. ARMANDO – Eu vou protocolar. Caso a resposta da questão anterior for

negativa, qual a quantidade de projetos que a proposta orçamentária prevê considerar viabilizar?

Última, finalizando, registramos para os nobres Vereadores que, salvo equívoco de nossa parte, deveria ser apresentado pela Secretaria também a projeção orçamentária até 2021, o que não vimos. Os recursos do Fumcad, conforme estabelecidos pelo ECA, são em sua maioria, e não sua totalidade, oriundos de doações de pessoas físicas e jurídicas e, portanto, não estão vinculados à arrecadação municipal. Ou seja, não são recursos cuja origem referentes das contas municipais.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Okay, é só protocolar aqui que verificaremos com carinho.

O SR. ARMANDO BROGGI – Por isso que tem que prestada a atenção, porque não dão atenção. A gente tem 244 milhões de reais para serem aplicados nas crianças e adolescentes e a Secretaria não tem condições.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Ao final, estoura o tempo e ficam 20, 30 munícipes sem falar e daí vão em cima de nós. Adriana Bezerra, Fernando Prado, Lia, Enrico Rocha, Marcia Perone, Maria Eliete. Depois é o Carlos Henrique, o Mauro e o Fábio Siqueira encerra a primeira etapa. Tem o Laerte? Se você falar nessa não falará na outra. Se quiser falar nessa, tudo bem, só não se inscreva na outra que eu não vou permitir. Não terão duas discussões hoje, não.

O SR. ENRICO ROCHA – Bom dia a todas e a todos. meu nome é Enrico, sou o conselho tutelar de Pirituba, membro da executiva da Associação Paulistana de Conselheiros e ex-Conselheiros Tutelares.

Companheiros, às vezes os próprios munícipes ou a Mesa têm se perguntado do porquê da mobilização de área dos conselheiros tutelares da cidade de São Paulo nesta Casa. Ano passado tínhamos uma pauta de reivindicação sobre a valorização salarial dos conselheiros, que já estava defasado há quase uma década.

Este anos estamos trabalhando juntamente com a comunidade para discutir o Orçamento. Que não se retire do Orçamento o que se diz a questão de estrutura do conselho tutelar e da formação. O que a sociedade não sabe é que o artigo 136, Inciso IX, diz que: “O Conselho Tutelar tem o dever de assessorar o Poder Executivo local na elaboração de propostas orçamentárias para planos e programas de atendimento de direitos da criança e do adolescente”.

Independente dessa gestão que aí está, essa Cidade nunca dialogou com esse órgão para discutir essas ações. Então, estão de parabéns todos os colegas conselheiros e conselheiras, que todo dia nesta tribuna vêm exercer o seu dever e, como cidadão, o seu direito de dialogar com o Poder Público.

A assistência social não pode ficar em terceiro ou quarto plano. Ela é primordial na questão da criança e do adolescente, que é prioridade máxima, Sr. Secretário. Prioridade máxima, tanto no ECA, quanto na Constituição Federal. Então, cabe a nós, discutirmos sim. Não dá para compreender como a Prefeitura vem colocar que desestatização vai colaborar com outras questões, que são de recurso próprio. Não tem condições.

Venho na defesa sim da estrutura do conselho tutelar, Direitos Humanos, porque o artigo 236 do ECA é bem explícito: impedir ou embaraçar a ação da autoridade judiciária, membro do conselho tutelar ou representante do Ministério Público, no exercício de sua função, é prevista pena de detenção de três meses a dois anos.

O conselheiro tutelar, quando não tem carro à sua disposição, está sendo impedido. A CAF, quando não libera os recursos para a sua ação conselheira está sendo embaraçada. Então, daqui para frente, começaremos a colocar a lei na pratica. E a perseguição que está acontecendo com as colegas da assistência vem ocorrendo também com o conselheiro tutelar. Não de Pirituba, porque lá é o Ivan, que é o subprefeito e este colegiado fazem a sua parte. Lá discutimos como autoridade um com o outro.

Então, vejam bem, na cidade de São Paulo existe essa perseguição e se

observarmos que não for acatado a orientação do conselho tutelar para se manter, não retirar, porque se não foi gasto – vocês viram aqui no gráfico – nunca são gastos 60% do Orçamento e não foram gastos 53% do Orçamento da cidade de São Paulo para o conselho tutelar em 2017, por que retirar? Façam cortes nas folhas que não estão aparecendo aqui. Privatizar algo que ganha milhões com as corridas internacionais e com as raves é um particular de vocês, é da cidade de São Paulo.

- Assume a presidência o Sr. Ricardo Nunes.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Obrigado.

O SR. ENRICO ROCHA – Finalizando, Presidente, temos que olhar com tranquilidade e sabedoria para onde está se mexendo. Não se mexe em ação pública prioritária. Criança e adolescente é prioritário. Bom dia. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Obrigado. Próximo, Carlos Henrique, do Comas.

O SR. CARLOS HENRIQUE – Bom dia a todos e a todas. Bom dia a todos os Vereadores. Eu queria só fazer duas perguntinhas, uma para o Secretário de Assistência. Eu queria saber, Secretário, pois a dotação orçamentária fala sobre a questão importante da Cidade. Agora eu queria saber, pois o nosso Secretário Caio apresentou uma questão e colocou todas as secretarias, e a da assistência social como etc., como se nós não existíssemos.

Fiquei pensando: o Comas é o conselho deliberativo, é da sociedade civil, porque temos a participação da sociedade civil e isso tem que ser respeitado, porque até então aprovamos um Orçamento no nosso plenário e aqui tem outro Orçamento. Queria que o senhor esclarecesse por que isso. Na verdade é um desrespeito com o conselho, é um desrespeito não só a nós conselheiros, mas para com o trabalhador e para todos nós que estamos aqui. Não sei por que há essa divergência do que aprovamos no Comas e vocês trouxeram aqui uma questão totalmente diferente.

E a questão da proteção básica, como foi dito aqui, muitas vezes foi citado, a gente tem um pressentimento de que realmente é a intenção do Governo – desculpa, não estou acusando ninguém – mas, estou querendo dizer que a proteção básica eles querem realmente deixar extinta. O nosso CCA, o nosso CJ, e nós não vamos permitir isso. Nós vamos lutar para manter esse serviço. Não vamos permitir. (Palmas)

Outra questão que eu queria perguntar para o Secretário de Saúde, para aproveitar sua presença: no Anhangabaú tínhamos a UBS da República, que foi fechada. Ontem, quando fui ver, me assustei: tinha cama. Estão dizendo que vão fazer lá um albergue, um centro de acolhida. Quero deixar bem claro: não vamos permitir. Vamos para a rua hoje pedir para que isso não aconteça, porque a UBS estava lá e a queremos de volta. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Obrigado, Carlos. Próximo orador, Mauro, do CMDCA.

O SR. MAURO CASERI – Bom dia à Mesa. Nunca é demais lembrar aos senhores que estou aqui representando o CMDCA. Quero apontar a presença da nossa Presidente, Solange Agda. (Palmas) Estou fazendo uso da palavra no lugar da nossa Presidente por conta de uma regra estabelecida na audiência pública anterior que só poderia falar as pessoas que se inscrevessem. Como na audiência pública passada ela não esteve aqui, pois estava respondendo a um chamamento do Ministério Público, para não tumultuar, me cedeu o lugar para fazer uso da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Ela é a Presidente?

O SR. MAURO CASERI – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) - Então ela tem a presença se quiser.
(Palmas)

O SR. MAURO CASERI – Então, vou falar o mais rápido possível e deixo que ela faça uma saudação. Pode ser, Solange? (Pausa) Obrigado.

Nunca é demais dizer aos senhores que o CMDCA é deliberativo, ele delibera

política e, através de suas deliberações, cria resoluções que podem se tornar decretos ou leis. O Conselho Municipal deliberou, em uma reunião ordinária, composta por membros do Governo e membros da sociedade civil, que o nosso orçamento seria de 7 milhões. Portanto, há uma decisão, com amparo legal, de que nosso orçamento é de 7 milhões. Eu não sei por que razão – espero que alguém aqui me explico – esse recurso foi reduzido para 2 milhões. Porque isso é uma decisão do Conselho. Lutei por 25 anos - junto com alguns que estão aqui nesta Mesa e na plenária - para que esse Conselho existisse, para que ele fosse deliberativo. Então, nós deliberamos e o Executivo desrespeita.

Posto isso, nosso orçamento, que era de 7 milhões, reduziu para 2 milhões. Por que nosso orçamento é de 7 milhões? Porque há uma série de ações por força de lei. Por exemplo: formação continuada de conselheiros tutelares. Isso está previsto. Previmos um recurso suficiente para fazê-lo. O Governo vai e fala que 70 mil – segundo a explanação feita pelo Chefe de Gabinete na semana passada – seria o suficiente. Se a gente fizer uma conta rápida, 12 meses, 260 conselheiros – que a gente é obrigado a fazer para mais dois suplentes – dá uma *per capita* de formação de 20 reais por conselheiro. Isso não paga o lanche do conselheiro no dia da formação. (Palmas) Então, a continuar dessa forma – e acho ótimo que estejam aqui os dois representantes, tanto de Direitos Humanos como de Finanças - significa que não haverá formação.

- Manifestações no recinto.

O SR. MAURO CASERI – Outra questão é o Sopia. Também temos que instalar nesta cidade o Sopia. É necessário que se faça uma avaliação, que se compre equipamento, que se dê formação. Temos também reservado para o Sopia o mesmo valor; ou seja, é insuficiente para formar.

A eleição do Conselho de Direitos será em 2018, com posse em 2019. Temos que promover essa eleição em 2018, mas não está previsto isso num orçamento de 2 mil. Essa é uma situação que quero se seja explicada, levando-se em consideração que nós deliberamos.

O orçamento do ano passado para este ano era de 4 milhões. Recebemos uma tranca no orçamento em janeiro, que reduziu esse valor para menos de 2 milhões. Nos foi dito à época: “Não, vamos conseguir resolver os problemas mesmo com pouco dinheiro, nós somos gestores, temos capacidade de resolver”, *etc.* Não houve capacitação para os conselhos tutelares, a não ser dois eventos que foi possível financiar com recurso existente. Portanto, em 12 meses deste ano, só em dois momentos. Pior: são 260 conselheiros. A gente não foi capaz de dar formação para 260 conselheiros, isso foi feito em duas etapas. Ou seja, tem conselheiro nesta cidade que não pôde passar por uma mínima formação. Então, a continuar desse jeito, com esse orçamento que está sendo proposto, sabemos nós que não acontecerá absolutamente nada no ano de 2018. E não acontecer significa desrespeitar o que está previsto em lei. Não é um desejo do conselheiro, não é um desejo do CMDCA; é previsão legal, tem que fazer.

A última reclamação que quero fazer – aproveitando este espaço que é público – é que nosso orçamento que foi aprovado não foi publicado em *Diário Oficial* até hoje. Ou seja, uma deliberação do nosso Conselho. Acho que o Chefe de Gabinete da pasta de Direitos Humanos pode explicar melhor. Até hoje não foi publicado em *Diário Oficial*. Ou seja, aquilo que o Conselho de Direitos não foi publicado. Muito pelo contrário, publicaram o orçamento de 2 milhões.

Então, quero agradecer a presença de todos e passa a palavra para a nossa Presidente. Obrigado a todos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Obrigado, Mauro. Como se trata da Presidente da entidade, tem a palavra a Sra. Solange, por 3 minutos.

A SRA. SOLANGE AGDA DA CRUZ PAULA PINTO – Bom dia a todos e a todas. Bom dia à Mesa. Faço minhas as palavras do Mauro e do Armando. Os conselhos sentam, deliberam com muito tempo, porque o processo e o orçamento do Conselho foram feitos com todos – sociedade civil e Governo. Então, ele foi bem pensado, bem planejado. Mas, como

disse o Mauro, ele não foi publicado.

Outra coisa. Formação é algo sobre a qual já há inquérito no Ministério Público. Então, é algo que precisa ser bem vista. Esse orçamento, Eduardo, precisa ser visto. O ano que vem é ano de conferência, e as conferências da criança e do adolescente são muito importantes. O orçamento, como está, não dará para as ações.

Por último, a questão dos projetos financiados pelo Fumcad. É preciso que isso seja visto com muita responsabilidade. Senão, teremos problemas no próximo ano. As demandas não diminuiram, elas aumentaram. Por exemplo, os serviços de proteção básica. Houve dissídio agora. Como as organizações vão fazer esse pagamento sem que haja repasse, um aumento na verba e nas *per capitas*? Como será isso?

Precisamos trabalhar pensando nisso, senão teremos um transtorno no próximo ano. É isso. Agradeço a presença de todos, do Suplicy e da Mesa. Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Fábio Siqueira.

O SR. FÁBIO SIQUEIRA – Bom dia, munícipes da gloriosa cidade de São Paulo. É muito importante estar aqui hoje encerrando o ciclo orçamentário e discutindo muito seriamente a questão do orçamento, os 56 bilhões mais 5 bilhões das empresas.

Acho que merece parabéns a população que está participando, a população que vem aqui e discute. Às vezes, demora 13 dias para falar, porque essa lista é do dia 09, mas as pessoas persistem e estão aqui para falar.

Então, conselheiros e munícipes, vocês são os astros e estrelas. Vocês merecem os parabéns por hoje. (Palmas)

Saúdo, também, os Vereadores, os Secretários, as equipes. E vamos às demandas.

Criação e instalação do Museu do Rádio e Televisão e Novas Mídias, de acordo com a Lei Municipal 14.756. Hoje, os Vereadores Zé Turin, Bispo Atílio e Ricardo Nunes receberão um documento a esse respeito.

Implantação do orçamento participativo, deliberativo. Não adianta ter conselho consultivo. Os conselhos têm de ser deliberativos, impositivos.

O Secretário Pollara, Professor Pollara, é fundamental que esta cidade estabeleça um programa eficiente de combate ao tabagismo. O Prefeito Doria tem essa proposta, mas isso tem de ser explicitado no orçamento.

Também fico triste em ler que bairros como Tatuapé, Pinheiros, Alto de Pinheiros e Itaim Bibi não têm serviço conveniado com o CRATOD. Ou seja, a UBS não tem atendimento em relação ao tabagismo. Isso é um absurdo, porque é um problema crônico na cidade de São Paulo, do vício no cigarro. Então, é importante que isso seja colocado em todos os distritos. O pessoal da Paulista tem de ir, lá, na Vila Madalena buscar os serviços: 5 km. Não tem sentido uma coisa dessas.

Vamos às demandas sociais.

Juventude. Programa Juventude viva. Execução de 10%. De 3 milhões executou 360 mil. Um absurdo esse programa estar fadado a encerrar na cidade de São Paulo. É um absurdo.

Ações permanentes da população idosa. Só executou 6%. Ou seja, as campanhas em relação ao idoso, combate à violência à terceira idade, neste ano, praticamente não se resolveu. Seis por cento apenas, 43 mil reais em 10 meses, quatro mil por mês. É um absurdo, um desrespeito à população idosa da cidade de São Paulo.

Ações permanentes de integração e promoção social e econômica da população em situação de rua. Atenção à assistência social: zero executado. De um milhão, nada foi executado.

E ações e promoções na assistência social, também nada executado.

Em relação às ações e promoções de ocupação do espaço público pela cidadania: zero execução. De dois milhões e meio, nada executado.

Atenção, Senador Suplicy, ações de educação em direitos humanos: nada executado. De 1º de janeiro a 31 de outubro: 760 mil que vão desaparecer. É um absurdo como não há sensibilidade aos direitos humanos na cidade de São Paulo.

Operação de conselhos participativos: um quarto, apenas, executado.

Infelizmente, a questão da pessoa com deficiência não foi discutida com a profundidade que ela merece. Ontem, o Prefeito reinaugurou obras no Viaduto Santa Ifigênia e não tem a acessibilidade no Viaduto. Isso foi cobrado por uma munícipe. Não adianta de nada fazer uma obra linda se não houver acessibilidade. E vemos aqui que não há dinheiro para operação e manutenção do Centro de Libras. De um milhão, nada foi executado.

Capacitação de trabalhadores para pessoas com deficiência. Nada executado. E projetos de inclusão para pessoas com deficiência: dois milhões. Nada foi executado neste ano. É um desrespeito em relação à pessoa cadeirante, às pessoas deficientes e a muitos idosos que também têm deficiência física.

E projetos para inclusão da pessoa idosa com deficiência: três milhões. Nada executado neste ano.

Vamos para a igualdade racial. E, aí, as notícias são péssimas.

Promoções de campanha relacionada a negros e a indígenas: 145 mil reais, dentro de 5 milhões. A exemplo do idoso e da pessoa com deficiência, as campanhas estão prejudicadas.

E Juventude Viva: 110 mil, nada executado.

Leis 10.6390, 11.645, em cima de negros, história da África e história indígena. Nada executado. Um absurdo. É lei federal.

Ações afirmativas: nada executado. Conferência negros e indígenas: nada executado. Cultura e patrimônio afro-brasileiro e indígena: nada executado – 210 mil reais. Diz respeito à população afrodescendente e indígena na cidade de São Paulo.

Por fim, vamos falar das mulheres. Campanha para as mulheres: nada executado – 485 mil reais. É um absurdo.

Construção, reforma e ampliação de equipamentos para as mulheres: 5 milhões; nada executado. Casa da Mulher Brasileira: 13 milhões; nada executado.

Por fim, encerramento: ILPI, com execução pequena. Não tem ILPI na Sé, Perus, Pirituba e Ipiranga. Necessário ter ILPI para proteção especial dos idosos na cidade de São Paulo.

Atendimento emergencial a pessoas vítimas de calamidade pública: metade executado. Que triste.

Por fim, educação permanente de trabalhadores do SUAS executou 1/3. Absurdo, não chega a um milhão.

Proteção especial a crianças, adolescentes e jovens do núcleo (?) social: execução baixa, 2/3.

Finalmente, Conferência Municipal de Assistência Social: 2 milhões; nada executado.

Infelizmente, a gestão Doria não está cumprindo, nesse primeiro ano, a sua pauta social. Que pena.

Obrigado. Parabéns a todos.

P – Tem a palavra o Sr. Laerte Brasil. Depois, vamos às repostas.

O SR. LAERTE BRASIL – Sou presidente da São Paulo, Trabalho e Empreendedorismo; e vou fazer uma abordagem geral do orçamento da Cidade.

Nós vivemos num país em que, no amanhecer de cada dia, a nação brasileira perde em direito. Com esse governo emblemático do Michel Temer, que foi implantado em nível nacional.

São Paulo tem um PIB de 676 bilhões de reais, contribui com 38% da arrecadação do PIB para o Governo do Estado e 12,8% para a União. Estamos defendendo uma reforma econômica e de estado – vou mandar a proposta para a Comissão de Reforma Econômica do Congresso Nacional –, que é o seguinte: em vez de São Paulo contribuir com 38,6% para o Estado e quase 13% para o Governo Federal, só apenas 8% para o Governo Federal e 25% para o Governo do Estado, porque aqui, na cidade de São Paulo, é que acontecem as ações, é aqui que os municípios vêm comprar dos Vereadores, dos prefeitos e dos secretários. Com essa reforma, São Paulo tem condições de discutir um orçamento para o próximo ano na ordem de 140 bilhões de reais.

Com a máfia que foi implantada por Michel Temer – que eu tenho denunciado no Ministério Público a nível nacional –, só até o final do seu mandato, vai roubar, junto com a máfia de malfeitores, 30 bilhões do PIB da cidade de São Paulo. Isso é um verdadeiro absurdo. Só essa “roubança” de 30 bilhões já daria para fazer um orçamento de quase 100 bilhões de reais.

Eu denunciei Sérgio Cabral, a máfia que ele montou no Rio de Janeiro há oito anos,

para roubar 50 bilhões do povo do Rio de Janeiro; eu denunciei o Presidente da Alerj, o Picciani, a máfia que ele montou com a Confederação dos Transportes para desviar dinheiro público, e agora foi para a cadeia.

para roubar 50 bilhões do povo do Rio de Janeiro. Denunciei o Presidente da Alerj, o Picciani também, a máquina que ele montou com a Confederação dos Transportes para desviar dinheiro público e agora foi para cadeia. O trabalho deu resultado. Um trabalho de beija-flor, mas está dando resultado. Um anos antes da realização dos Jogos Olímpicos eu tornei a denunciar o Sérgio Cabral e a máfia no Rio de Janeiro porque ele distribuiu propina para os membros do Comitê Olímpico brasileiro e internacional para colocar o Rio como sede dos Jogos Olímpicos como sede dos Jogos para desviar 40% em obras superfaturadas e 35% para patrocínio dos Jogos Olímpicos. Isso não foi apurado ainda, mas sendo apurado.

Qual é a nossa proposta para São Paulo? Os barões de transporte tem 33 bilhões de subsídios e depois servem um péssimo trabalho aos munícipes da cidade de São Paulo, 85% dos ônibus sequer tem acesso a pessoa com mobilidade reduzida. Qual é a nossa tese? É só mandar dois bilhões para eles e tirar um bilhão para distribuir no orçamento da assistência social, da cultura, do esporte e de outras partes.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Anuncio a presença do Vereador Isac Félix, Vice-Presidente da Comissão de Orçamento e Finanças; Vereador Rodrigo Goulart, Subrelator para pasta de Serviços e Obras, Antonio Donato, líder da Bancada do PT; vamos então organizar um ciclo de respostas, começando pelo Eduardo, Chefe de Gabinete da Secretária de Direitos Humanos Ficaram algumas pendências da outra audiência.

O SR. EDUARDO – Vereador Tatto, bom dia, na pessoa de quem cumprimento os demais Vereadores dessa ilustre Casa e as autoridades da Mesa, mais uma vez agradeço a presença de todos e a oportunidade de termos esse diálogo de construção de uma São Paulo melhor. A gente vem conversando, eu ouvi o que o Armando falou, o mauro falou, o Robério falou, Paulo, temos aberto diálogos e conversado bastante e o intuito é que apolítica,

principalmente, da Criança e Adolescente, que é do CMDCA seja executada na sua plenitude com eficiência que nós desejamos. Só que há alguns obstáculos que tem de ser suplantados e é uma construção. Quando vocês põem os valores, a gente respeita, vocês sabem, nós conversamos semana passada com o CMDCA para que construamos e negociemos a melhor forma que os valores cheguem pelo menos próximos ao que foi apresentado ao CMDCA. Só que todos sabem o momento que o país passa, que o município passa, mas vamos buscar alternativa. Nós sabemos, valorizamos. Quando ouço falar que tem atraso, o fundo é de 1992. Estamos na Secretaria há cinco ou seis meses. Todos vocês acompanham o trabalho árduo que temos empreendido. E não é por falta de trabalho. Temos muitas dificuldades e vamos suplantá-las.

Em relação ao CMDCA, a gente conversou bastante, talvez ofertado dois milhões, num primeiro momento, não seja o suficiente para a capacitação dos conselheiros, do CMDCA, mas sabemos e abrimos diálogo com a possibilidade de fazermos parcerias com outras entidades, com instituições de ensino para que tudo seja devidamente cumprido. E, como você bem disse, são obrigações legais e nós não vamos nos furtar a atender as obrigações legais. O que eu posso falar é que nós vamos atender tudo que está disposto em lei, nós vamos atender as capacitações, a formação. Até o Enrico, na outra audiência, veio conversar, nós nos dispusemos a dialogar. Vocês não nos procuraram, mas conversamos com o CMDCA. Nossa intenção é que tudo seja cumprido com excelência e eficiência, só que há os entraves e todos os aspectos que impedem o avanço da forma que nós desejamos e que vocês também esperam e desejam. Então, é uma construção e nós estamos abertos a isso.

Sobre o pleito que vocês expuseram, nós conversamos com o pessoal de Finanças, com os nobres Vereadores e tudo será saneado da melhor forma possível.

Com relação às mulheres, uma equipe nossa veio conversar com a Vereadora Juliana Cardoso, que entendeu que havia uma discrepância. O Vereador Suplicy também expôs a situação, e nós explicamos que não houve nenhum decréscimo; pelo contrário, todo o

serviço foi mantido. Os 13 milhões para a Casa da Mulher Brasileira não foram executados porque isso está na dependência da entrega das chaves. Quando forem entregues, esse valor, que serve para a manutenção da casa, será executado.

- Manifestações no recinto.

O SR. EDUARDO ALEX BARBIN BARBOSA – Está sendo negociado o convênio, que foi um termo de adesão feita pelo Município, Tribunal de Justiça, Ministério Público e Defensoria. O Governo Federal entregaria esse equipamento para o Município. Entregues as chaves, o equipamento passará para a propriedade do Município com gestão da Secretaria de Direitos Humanos. Isso ainda não ocorreu, está sendo conversado; a Ministra de Direitos Humanos já veio a São Paul; já houve várias reuniões. Está caminhando.

- Manifestações no recinto.

O SR. EDUARDO ALEX BARBIN BARBOSA – Eu não posso precisar, porque está sendo dialogado. Não depende só do Município, só da Prefeitura, mas também de outros órgãos, instituições e Poderes.

- Manifestação no recinto.

O SR. EDUARDO ALEX BARBIN BARBOSA – Então, você sabe melhor do que eu. Estamos trabalhando.

- Manifestação no recinto.

O SR. EDUARDO ALEX BARBIN BARBOSA – Pelas informações que tivemos, faltavam alguns ajustes para a entrega, em torno de 1 milhão. O Governo Federal ficou de repassar esse valor para que houvesse a conclusão. Concluído, será entregue e será trabalhado.

- Manifestação no recinto.

O SR. EDUARDO ALEX BARBIN BARBOSA – Nós temos interesse. Nós sabemos da relevância, pois somos filhos, mães, pais de filhas e nós sabemos o valor das mulheres.

- Manifestações no recinto.

O SR. EDUARDO ALEX BARBIN BARBOSA – Com relação ao valor dos projetos.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Vamos deixá-lo concluir.

- Manifestações no recinto.

O SR. EDUARDO ALEX BARBIN BARBOSA – Não, não é mentira. Vocês estão no seu papel de fiscalizar.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Nós teremos depois outro bloco de perguntas e certamente haverá espaço para perguntas e outra rodada de respostas. Pode concluir, Eduardo.

O SR. EDUARDO ALEX BARBIN BARBOSA – Com relação à previsão orçamentária do Fundo, ela é suficiente para fazer frente aos projetos deste ano, pois está dentro do que foi executado em outros exercícios e não está fora do que está previsto. Então, nenhum projeto será preterido, está tudo devidamente delineado e contido no valor.

Sobre outros questionamentos mais específicos...

- Manifestações no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Vamos deixa-lo concluir.

O SR. EDUARDO ALEX BARBIN BARBOSA – Sim, sim. O Armando fez um elenco de questionamentos. Armando, você vai à Secretária e nós conversamos quase que diariamente. Não só você, como a Solange, o Mauro e os demais conselheiros e o próprio Conselho Tutelar. Encaminhe para nós porque somos os mais interessados. Se vocês querem que as entidades recebam, nós também queremos repassar. Nós temos essa intenção e é a nossa obrigação. Só que nós temos que seguir um processo administrativo e muitas vezes não depende só da gente, mas do impulso, da apresentação da documentação correta, da prestação correta de contas. Qualquer dúvida que vocês ainda tenham e que permaneça, nos procurem. Estamos de portas abertas e não nos negamos a atender ninguém. Tudo que nos é perguntado, buscamos responder.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra o Secretário Wilson Pollara.

O SR. WILSON POLLARA – Eu tenho três perguntas. Uma é quanto à falta eventual de médicos em algumas regiões e em alguns locais. Nós temos dois movimentos que estão sendo feitos. Primeiro é a substituição daquelas UBS tradicionais onde tinha um obstetra, um pediatra e um clínico geral para a equipe de Saúde da Família, porque os especialistas vão estar dentro de ambulatórios de especialidades, que vão ser os AMAs, justamente atendimento de especialidades. Nesse movimento, às vezes, em algumas dessas três equipes, pode ser que falte alguém, mas nós não vamos substituir até que tenhamos a equipe de saúde da família implantada nesse local.

Outro problema que também está acontecendo é essa substituição, realizada pelo próprio Governo Federal, por médicos brasileiros no Programa Mais Médicos. Esse processo está sendo feito e já estamos chamando cerca de 400 médicos novos do concurso e até o final do ano teremos essa substituição. Isso faz parte daquilo que falei, do aumento da cobertura de equipe de saúde da família à população. Nesse movimento, talvez em algumas delas possa haver algum tipo de falta, mas não vai chegar a ficar sem. Não. É algo pontual, provisório e vai ser imediatamente substituído.

Quanto à questão do fumo, eu participava diretamente do programa do Estado nos quatro anos em que fiquei lá. Aconteceu de haver uma conscientização da população e hoje o fumante se sente até um pouco constrangido diante das outras pessoas, e já existe uma consciência de forma a não existir mais a necessidade de um programa tão forte, mesmo no Estado, como o que foi feito, há três anos, que ganhou até um prêmio internacional. Hoje o programa de combate ao fumo está concentrado nas UBS e nos CAPS. A região da Paulista é muito difícil, porque, apesar de ser muito populosa, tem menor concentração de pessoas que não têm plano de saúde. Por isso, temos que redimensionar todo o atendimento de UBS na Bela Vista e região a fim de trazer aquelas equipes que hoje só estão na Vila Mariana. Um pouco mais para cá, na região do Bixiga, nós vamos reforçar as equipes lá.

Quanto à UBS República, eu fiz o que tinha que fazer: chamei o Conselho Gestor da UBS, nós sentamos com a coordenadora local. Perguntei a eles o que eles queriam fazer e eles responderam que ali era uma unidade que tinha seis equipes, mas que precisava haver mais pela necessidade da região. Era uma unidade pequena, que não tinha condições de ser ampliada, num local difícil, porque, como foi dito no próprio abaixo-assinado, carro sai da Avenida Vinte e Três de Maio e, na curva, já pega concentração de pessoas na porta, com uma calçada de 30 centímetros ou menos. Ali é muito inadequado para se fazer uma UBS que tem de ter pessoas na porta, etc.

Então pedi para o Conselho Gestor procurar outros prédios na própria região do Centro. Temos várias opções, o Cine Marrocos; o antigo prédio do Serasa, na Rua do Ouvidor, atrás da Secretaria de Segurança do Estado; e o que acho melhor é o antigo prédio do INAMPS, que já era o ambulatório, é totalmente adequado para a Saúde, na Martins Fontes. Esse prédio está com uma ocupação, mas o Dr. Edson Aparecido já está fazendo uma negociação que está indo muito bem.

Temos várias opções e estou à disposição, se o Conselho Gestor falar que quer voltar para lá, por mim não tem problema. Acho inadequado, poderia ser uma coisa muito melhor, é uma oportunidade de gastar esse dinheiro que seria gasto numa reforma, porque tem de completar um piso todo que caiu, toda uma estrutura que caiu. É muito dinheiro que tem de ser colocado lá e a unidade vai ficar de novo acanhada como era.

Acho que era uma oportunidade ótima para encontrarmos um prédio mais adequado. E estou à disposição do Conselho Gestor local para que possamos encontrar esse novo local. O Cine Marrocos está à disposição, mas pessoalmente gostaria de insistir um pouco mais na desocupação do prédio do INAMPS, que já foi uma das melhores unidades de saúde do Centro de São Paulo.

Coloco-me à disposição para novas discussões. A coisa não está fechada, não tenho ideia formada e estou à disposição da comunidade para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Obrigado, Dr. Polara. Tem a palavra o Secretário Filipe Sabará, de Assistência e Desenvolvimento Social.

O SR. FILIPE SABARÁ – Bom dia a todas e a todos. Agradeço a oportunidade de estar novamente nesta Casa. Agradecer o Secretário Caio Megale pela explanação muito clara e objetiva, também a todos os Vereadores presentes, quero começar pela questão do orçamento em termos de números e valores.

O orçamento de 2017 vai ser concluído com a execução de 1 bilhão e 178 milhões na Assistência Social e já que estamos falando de 2018, o valor aprovado que, inclusive, foi exatamente o orçamento que passou pelo Comas, foi apresentado pela Secretaria, é de 1.299, 1 bilhão e 299 milhões de reais. Ou seja, um acréscimo bastante significativo para a execução em 2018.

Comentando sobre várias observações sobre a questão básica, da proteção básica e proteção especial, falei na última audiência e vou falar aqui novamente. O estudo aprofundado do SUAS avalia que existe a questão da prevenção e do resgate, tanto na proteção básica, quanto na especial. Deixando mais claro, existem, por exemplo, crianças e adolescentes na proteção básica e também na proteção especial.

Então preparamos o orçamento, para 2018, baseados nas demandas territoriais. Para quem sabe, temos na Secretaria toda uma central de avaliação de demandas territoriais, o observatório da Assistência Social que é bastante conhecido. Baseados nessas informações dividimos entre proteção básica e especial, e também as demandas que são prioritariamente para crianças e adolescentes, então se engana quem fala que a nossa prioridade, para 2018, é somente a população de rua. A prioridade máxima, para 2018, é das crianças e adolescentes, isso em termos gerais numéricos.

Vou falar de números e aí vocês comentam. Em valores numéricos, do 1.299 que nós vamos implementar, executar o ano que vem; 545,4 milhões, crianças e adolescentes tanto na proteção básica quanto na especial. E não adianta a gente focar só na criança e no

adolescente, na proteção básica, claro que é importante, mas também existem as crianças e adolescentes em situação de extrema vulnerabilidade que estão na proteção especial. Somando então crianças e adolescentes da proteção básica e da proteção especial - que são o futuro da nossa Cidade, do nosso País - nós temos 42% do orçamento focado em crianças e adolescentes.

Dividindo então detalhadamente, o restante do orçamento - 38% vão ser aplicados na básica e 40% na especial - o restante todos sabem que é para o atendimento direto – CRAS e CREAS. Porém, dentro do orçamento que atende à população conveniada, 38% básica e 40% especial. E não quer dizer que estamos priorizando somente a população em situação de rua. Eu vou falar da população de rua daqui a poucos minutos.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. FELIPE SABARÁ – A prevenção... Você está indo, na verdade, na contramão do que foi dito. Assim, o que temos de fazer como proteção social...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. FELIPE SABARÁ – Você falou, nós aguardamos. Agora é a minha vez de falar. Por favor, queria pedir respeito. Já falei da última vez...

O SENHOR PRESIDENTE (Jair Tatto) – Vamos deixar o Secretário concluir.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. FELIPE SABARÁ – Peço ao pessoal da gritaria pra me deixar concluir, respeitar um pouquinho. Há um pessoal que sempre vem gritar.

Retomando o raciocínio, nossa prioridade é a proteção especial e sim, também no caso da população de rua. Falando da população de rua, em 2017 vocês viram que nós já abrimos oito Centros de Acolhimento e, até o final do ano, vamos abrir 18 Centros de Acolhimento. Está clara a nossa prioridade este ano pra justamente acolher essas pessoas, e por quê? Todos sabem, todos os que andam por São Paulo sabem que a crise econômica – citada pelo Caio – gerou muito desemprego e se sabe que no médio e longo prazo gerou mais

peessoas em situação de rua, que demandou muito da nossa atenção. Por isso 18 Centros de Acolhimento estão sendo abertos em 2017. Para 2018 nós estamos balanceando o orçamento – pois já temos os 18 Centros de Acolhimento – entre proteção básica e especial. Porém, olhando a categoria de público atendido, seja de idosos porque, como já foi dito, há o envelhecimento da população, também há idosos na proteção básica bem como na proteção especial. E com o nosso observatório estamos olhando qual é a demanda por território, isso com a ajuda de vários Vereadores que se aproximaram e trouxeram demandas.

Então agora citar o CCAs de Cidade Ademar, que tem também demanda. Estamos com os seguintes dados: em Cidade Ademar são 19 CCAs e a taxa de ocupação é de 79%. Nesses 19, são atendidas 2.850 crianças, e a informação estava desatualizada, estou atualizando a informação com dados do mês passado, a ocupação é de 79%. Depois eu passo os dados para você ver o dado oficial, o dado correto. Avaliamos bem de perto a questão dos CCAs, e lembrando que não foram fechados serviços, embora tenha havido boato nesse sentido. O que houve foi a entrega de alguns serviços pelas organizações irresponsáveis, infelizmente, mas da Secretaria não houve fechamento de serviço, e vale ressaltar.

Sobre o dissídio há um comentário recorrente, o assunto está com a Secretaria de Gestão porque o dissídio que poderíamos fazer, que faríamos via Assistência Social continuaria com disparidade entre as Secretarias. Sabe-se que a Educação, por exemplo, em comparação com a Secretaria de Assistência Social, ela tem uma diferença, e é uma reclamação recorrente de muitos anos da Assistência Social. Dentro dessa demanda, quanto outras, colocamos isso para a Secretaria de Gestão e essa avaliação de dissídio vai ser tomada de forma global para todas as Secretarias, justamente para que sejam acertadas essas disparidades e que não haja diferenças entre dissídios e remuneração entre servidores nas diferentes Pastas. Então essa demanda fica para a Secretaria de Gestão e nós vamos acatar e assumir, repassar isso para os convênios e para os parceiros da Secretaria Municipal de Assistência Social. Enfim, essas foram a maior parte das perguntas, agradeço a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Vereador Antonio Donato.

- Manifestação na plateia.

O SR. CAIO MEGALE - Posso falar da perseguição?

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Pode falar da perseguição.

O SR. CAIO MEGALE – O que existe da nossa parte, vou falar da minha parte, a pessoa se sente perseguida, ou um grupo se sente perseguido, daí podemos conversar melhor com esse grupo para entender exatamente porquê estão se sentido assim.

De nossa parte o que temos feito é gestão. Como foi dito: não foi fechado nenhum serviço, mesmo assim tivemos uma redução de quase R\$ 60 milhões só em corte de veículos, cafezinho, pão de queijo, custos totalmente supérfluos que a nossa Secretaria tinha, não estou falando de serviços, estou falando de SMADS, Secretaria rasgava R\$ 60 milhões. Foi o que conseguimos. Se conseguimos reduzir 60 milhões sem fechar serviços, sem mexer nos convênios, para onde estava indo esse dinheiro?

Então o que fizemos é um corte de gestão financeiro na Secretaria sem mexer em convênios e serviços, embora tivemos uma dificuldade com a questão anual, não sabíamos como seria realmente a arrecadação, e a Secretaria da Fazenda foi bastante responsável em nos informar que a situação não era a esperada com relação à arrecadação, quando do Orçamento feito em 2017.

Mas, voltando ao ponto da perseguição, se algum grupo se sente perseguido, por favor nos procure para a gente entender da onde vem isso, porque realmente é uma minoria que fala isso, já que a população está sendo atendida.

- Manifestação na plateia.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Secretário.

O SR. CAIO MEGALE - Então claro que existem as demandas, e à turma da gritaria mais um abraço para vocês.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Deixe eu falar, nós temos... vamos ouvir os

Vereadores à Mesa.

- Manifestação na plateia.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – É exatamente o encaminhamento que eu queria dar: vamos ouvir os membros da Mesa, os Vereadores, que farão perguntas. Temos 35 inscrições, obviamente, se vocês se sentirem contemplados com respostas já dadas e puderem declinar, nos ajudarão no nosso tempo de audiência.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Pode falar.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Está registrado.

- Manifestação na plateia.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Há uma solicitação da plateia para que não haja provocações de ambas as partes. Está registrado e acolhido pelo Sr. Secretário, e também por vocês. Mas hoje está positivo, o debate está bom. Vamos lá, Vereador Antonio Donato.

O SR. CAIO MEGALE – Se tiver mais alguma dúvida que vocês quiserem que nós respondemos, estamos à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Haverá uma outra rodada.

O SR. ANTONIO DONATO – Obrigado, Sr. Presidente. Bom dia a todos e todas. Bom dia aos membros da Gestão que estão presentes. Primeiro, me desculpar, tive uma atividade no Campo Limpo, não tinha como desmarcar, por isso só cheguei agora, mas gostaria de fazer algumas perguntas ao Sr. Secretário Megale. Na verdade, duas perguntas que já fiz na outra audiência e não tive respostas a contento.

Vou dar alguns números. Até outubro de 2016, no ano passado portanto, havia sido arrecadado 39,6 bilhões. Esse ano, até outubro de 2017 foi arrecadado 42 bi e 900 milhões. Três bi, 300 a mais do que ano passado. Em um orçamento muito parecido. Ano passado era 54.400, desse ano 54,700. Mas o nível de empenho é 530 milhões a menos, ou seja,

arrecadou três bi, 300 a mais, empenhou 530 milhões a menos e o sistema está fechado desde o dia 11.

Faço essa explanação inicial porque tem uma mudança importante aqui em relação a LDO, que é o resultado primário para 2018. Na LDO se previa, como resultado primário um saldo de 1 bi, 156 milhões. Agora na Lei Orçamentária veio uma mudança para um deficit de 1 bi e meio, Um bilhão e quinhentos milhões, Me parece que essa é uma manobra, justamente para poder usar o dinheiro que vai sobrar esse ano. Teve todo um discurso que não tinha dinheiro e o dinheiro vai sobrar no fim do ano. Muitos serviços foram cortados sim, em várias áreas. E gente tem dinheiro em caixa. Qual a estratégia do governo? Foi represar, ter dinheiro em caixa para fazer o que ano que vem? Então essa é a primeira pergunta, porque a mudança da meta do resultado primário de 2018, de 1 bi 156, positivo que foi apresentado a essa Casa em junho, para um deficit de 1 bi e meio para o ano que vem.

A segunda questão diz respeito ao programa de privatizações. O Governo precisa se entender. porque no PPA, se apresenta como receita de desestatização 1 bilhão ano que vem, 900 milhões em 2019 e 2010 600 milhões. Totalizando dois bi e meio. O Secretário Poite, veio aqui por várias e apresentou o objetivo de 5 bi em três anos. Em quem acredito? No Secretário Poite, no Secretário Megale? Parece-me que colocar um para o ano que vem, ou o governo não acredita no seu programa de privatização. Eu não acredito, mas o governo tem obrigação de acreditar, o Anhembi se estima que custa bi e meio. Não se pode vender o Anhembi a prazo porque está vendendo a SPTUris. As ações a SPTUris. Não se compra ação a prazo. É um leilão e tem de pagar a vista. Porque se prevê só um bi? Esse será o valor da privatização da SPTUris? Então são questões que não fecham a conversa entre um Secretário e outro. Informações de um secretário e de outro. Queria ser bem objetivo nessas questões para ter respostas objetivas também.

Por favor, Secretário Megale.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Com a palavra o Sr. Secretário Caio Megale.

O SR. CAIO MEGALE – Obrigado nobre Vereador Donato, pelas perguntas, pelos questionamentos. Vamos lá, cada um dos três pontos aqui. Primeiro com relação à arrecadação e aos empenhos. Na a arrecadação até outubro, ela foi abaixo do que era estimada no orçamento para esse ano. Colocando a arrecadação de forma geral,. Arrecadação de receitas correntes e receitas de capital. Naturalmente, elas têm natureza diferente, têm dinâmicas diferentes, as receitas de capital dependem de esforços que vão para além da municipalidade. Mostrei aqui na apresentação, inicialmente, que ela vem decepcionando há bastante tempo e voltaram a decepcionar esse ano, de forma que não foi possível realizar todos, especialmente, os investimentos das obras contidas no orçamento justamente por conta dessa decepção de receitas de capital. Nas receitas correntes, até meados do ano, começo do segundo semestre, estavam bem abaixo do projetado no orçamento.

Eu mostrei, Vereador, no início da apresentação, uma série de esforços pelo lado da receita que nós fizemos para este segundo semestre e eu diria que é um esforço combinado entre os esforços da gestão atual de melhoras de sistemas, de melhoras de fiscalização, esforços da gestão anterior, na Fazenda, porque muitos dos programas que estão entrando agora de fiscalização, especialmente, começaram a ser desenvolvidos nos últimos anos sob a batuta dos Secretários Marcos Cruz e Rogério Ceron. E houve a questão do PPI, que a projeção do orçamento é uma projeção absolutamente desafiadora para não dizer quase que inatingível, mas com esforço bastante coordenado e amplo tanto do Executivo quanto da Câmara e da Procuradoria, que faz parte do Executivo, conseguimos superar esse resultado.

Então as receitas correntes vão chegar aonde se estimava inicialmente por conta desses esforços generalizados. De qualquer maneira, com relação aos empenhos mais especificamente, o ritmo de empenhos desse ano foi diferente do ano passado. Tem uma quantidade bastante volumosa de empenho, especialmente da Saúde e da Educação que nós fomos empenhando mês a mês. Como havia uma agonia de caixa muito grande no meio do ano - eu mostrei esse gráfico aqui - é uma dinâmica que nos preocupou bastante. A gente

optou por empenhar gradativamente. Então, em outubro do ano passado, boa parte da saúde e da educação, que são grandes empenhos, já estava tudo empenhado até outubro e sobrou pouco para empenhar no final do ano, enquanto nós estamos empenhando agora.

O orçamento - não é que ele está fechado - muda de dinâmica a partir do decreto que publicamos há duas semanas que, aliás, é um decreto que se publica sempre, não só no Município, como no Estado, na União. É um decreto de regras para o encerramento do exercício. O que muda? Não é que o orçamento está fechado, mas é que os desempenhos passam a ser afunilados pela junta orçamentária para que a gente tenha condição de fazer uma programação até o final do ano. Desde o fechamento do orçamento, nos empenhamos - fazer uma conta rápida de cabeça - entre saúde e educação e cultura, que foram as três primeiras deliberações, algo perto de um bilhão de reais, que é o empenho final, até o final do ano.

Então, essa conta no final do ano ela vai acabar equiparando o empenho de um ano com outro que, no final das contas, estamos mantendo todas as atividades do ano passado e incrementando algumas outras coisas, por exemplo, compra de remédios que no final do ano passado caiu vertiginosamente e estamos recuperando agora. Aliás, recuperamos desde o início do ano.

O resultado primário é uma questão. Até agradeço a pergunta porque foi matéria de jornal e tem uma questão técnica importante aí. Quando mandamos a LDO, não tínhamos na LDO projeções de operações de crédito, de privatizações, desestatizações. Por que isso? Porque não tínhamos naquele momento – a LDO é lá do primeiro semestre - primeiro as Leis de Desestatização aprovadas na Câmara e também a evolução, a perspectiva, a clareza com relação às operações de crédito que nós temos agora. Essas receitas passaram a ser incluídas. Então, nós incluímos no orçamento essas receitas de desestatização e de operações de crédito. Só que essas são receitas de capital e não primárias e como contrapartida dessas receitas nós colocamos mais investimentos. Nas áreas prioritárias, saúde, educação,

assistência, segurança, transporte e tal. Esses investimentos são despesas primárias. O que aconteceu de um Orçamento para o outro, nós incluímos as receitas de desestatização e de operação de crédito que são não primárias e incluímos despesas primárias que tem como contrapartida essas receitas que foram incluídas no Orçamento.

O resultado nominal superavit mais déficit como um todo se manteve igual. A caixa do superavit primário gera um déficit por causa das despesas e a caixinha do não primário gera um superávit, mais no Orçamento como um todo se mantém o Orçamento equilibrado. Com relação às expectativas, as projeções, esse é um tema que também foi alvo de discussão e debate no início desse ciclo de apresentações, o que colocamos? Duas questões com relação à receita do plano de desestatização municipal da gestão atual.

Uma questão é que nem tudo se refere a venda, alienação de bens. Nem tudo são receitas de capital, tem receitas de capital e receitas correntes. As concessões são receitas correntes, não são receitas de capital e tem uma parte bastante importante do plano, eu citaria aqui a bilhetagem, que é uma receita corrente, de concessão. Um pedaço é receita corrente aí tem o orçamento do PPA, na LOA, que você consegue enxergar de receitas correntes que entram juntos e o separada está ali só a parte de receitas de capital que elas já entram classificadas de forma diferente. Nós colocamos um bilhão de reais para o ano que vem e é difícil fazer essa projeção porque são muitos projetos e não sabemos qual projeto que vai andar mais rápido, mais devagar, depende do Executivo, do Legislativo, depende do mercado e de uma série de fatores. Nós colocamos um bilhão de reais como uma referência.

Tanto colocamos como referência no orçamento que nós nem espalhamos esse um bilhão de reais por Secretarias e tudo. Se nós vendermos o Anhembi e for mais de um bilhão de reais, tanto melhor, nós vamos ter um bilhão a mais no ano que vem para fazer investimentos, retomar a capacidade de investimentos da Prefeitura que foi perdida ao longo dos últimos anos, com a recessão econômica, com a tendência de aumento de gastos correntes, especialmente, Previdência, falei um pouco também sobre isso na apresentação.

O que eu vejo é um plano de desestatização, um Orçamento que temos para os próximos anos, isso depende de vários fatores, inclusive, da própria demanda das realizações dessas vendas. Nós colocamos até de forma conservadora para o ano que vem um bilhão como tem de ser na verdade a elaboração de um Orçamento realista. Se vier mais do que isso, acho que vai ser uma grande notícia para a cidade, nós vamos ter mais recursos para investir.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra o Vereador Eduardo Matarazzo Suplicy.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUP LICY – Quero primeiro saudar Presidente Jair Tatto, a sequência de audiências que houve, mas gostaria até de fazer umas sugestões, de maneira suprapartidária eu queria aqui dar o meu testemunho a respeito da prática do orçamento participativo. O que aconteceu nas gestões de Luísa Erundina, Marta Suplicy, Fernando Haddad? Consistia que ao longo do ano pelos conselhos de participação do Orçamento e a população continuava, nas mais diversas regiões, a dialogar, fazer sugestões e críticas para o Prefeito e seus secretários.

Então uma das questões básicas é que esta audiência é muito importante, mas em que medida esse mecanismo de discussão com o Parlamento e com a sociedade para seguir no controle, explicações, para que todos possamos compreender melhor as limitações orçamentárias, como aqui o Secretário Megale está falando. Caio Megale fica aqui essa sugestão, que é para o Prefeito e todos, a prática do orçamento participativo.

Sabem que isso começou lá em Porto Alegre com Olívio Dutra, Tarso Genro. O nosso Presidente Jair Tatto sabe o quanto isso repercutiu, não apenas nacionalmente, porque muitos foram os prefeitos que passaram a elogiar e praticar, de todos os partidos. Também em lugares como na Espanha e em diversos países na Europa se resolveu seguir essa prática. Eu recomendaria muito que isso pudesse acontecer.

Queria até dizer ao Secretário Pollara, às vezes a gente apresenta aqui muitas críticas, mas, ao final da audiência de ontem, uma senhora veio a mim e disse: olha, eu quero

dizer que fui a um dos postos de saúde da Prefeitura, com uma pessoa idosa, que estava muito doente, ela foi atendida com extrema atenção e quero elogiar. Então quero transmitir que há também fatos positivos a assinalar.

Ao Secretário Felipe Sabará sobre essa questão de eventual perseguição a quem por ventura tenha feito críticas, ou apontado deficiências, eu quero até dizer que fico pensando: será que não é uma retaliação do chefe imediato da pessoa, que eu tenho solicitado até para que ela possa colaborar comigo, aqui na Câmara Municipal, porque ela tanto gostaria de ajudar-me em todas as situações. Ela poderia até contribuir, como já lhe expliquei, com uma boa interação entre nós, inclusive, porque sabe pelos nossos diálogos que eu tenho também o objetivo de ter como uma das prioridades da Prefeitura resolver o problema da população em situação de rua que, conforme a sua própria estimativa, se era quase 16 mil, em 2015, já está, hoje, por causa da recessão e do desemprego, em mais de 20 mil.

Eu quero ajudar, de uma maneira suprapartidária, o Prefeito João Doria a resolver os problemas. Inclusive, enalteço, mais uma vez, aquela Portaria Intersecretarial da Secretaria de Direitos Humanos, de Assistência Social e da Coordenação das Prefeituras Regionais, no sentido de que é necessário sim o respeito à população em situação de rua. Então nas operações de limpeza e tudo, ou lá na Cracolândia, ontem fez seis meses da operação inadequada. Chegou, inclusive, a fazer com que a própria Secretária de Direitos Humanos, Sra. Patrícia Bezerra, tivesse dito: “Olha, isso foi um desastre”. E saiu da Secretaria.

Então, que aquelas ações de violência, lembremo-nos de que o Prefeito João Doria disse: “Era preciso acabar com a Cracolândia e, por isso, mandamos todos embora”. O número de pessoas na Cracolândia continua até maior que naquele dia.

Então, que possamos ter, e eu quero cooperar, eu sei o quão difícil é resolver esse problema, mas eu acho que todos nós, aqui, inclusive os que estão preocupados com as crianças e os idosos... Porque, na população em situação de rua tantas vezes enxergamos as crianças e os idosos. Então, eu acho isso uma prioridade muito grande.

E, finalmente, gostaria de deixar a minha fala, ainda, porque eu até recebi um telefonema, há pouco, da Líder do Governo João Doria, a nobre Vereadora Adriana Ramalho,

que me pediu: “Eduardo, ainda não foi dada a oportunidade, na audiência, para que os deficientes se pronunciassem , até porque não haveria, aqui, a presença dos tradutores de libras”. Mas, então, eu agradeço muito. Se puder dar a palavra ao Sr. Paulo Vieira, que é uma pessoa com deficiência auditiva, mas o seu filho, Felipe Vieira, poderá traduzir para todos nós as reivindicações das pessoas com deficiência.

Então, eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Será dada a palavra ao Sr. Paulo Vieira.

(Palmas)

O SR. PAULO VIEIRA (Tradução de Felipe Vieira) – Boa tarde.

Ele é Assessor da Deputada Federal Mara Gabrili.

Ele nasceu surdo. Ontem, ele viu, na televisão, uma notícia da Globo, que, no ano que vem, na Câmara Municipal de São Paulo, não terá inclusão de intérpretes. E ele ficou muito surpreso com isso. Por esse motivo, ele está aqui, hoje. E ele está vendo que, hoje, aqui não há intérpretes e isso o aborrece muito. E ele gostaria muito de participar desta audiência, mas não há como ele se expressar sem os intérpretes.

Então, não havendo intérpretes, ele fica meio que excluído desse debate, dessa audiência pública.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPPLY – A informação que obtivemos é que a Prefeitura teria cortado a Central de Libras e, inclusive, aqui na Câmara. Daí, a reclamação dele.

O SR. PAULO VIEIRA (Tradução de Felipe Vieira) – E ele fica muito aborrecido com essa situação. Sempre temos de continuar na luta para quebrarmos essas barreiras. Mas é sempre uma vitória e uma derrota.

Parece que não deixam ele participar. Essa é a impressão que ele tem da política. Também todas as pessoas com deficiência, não só os surdos. Falta acessibilidade, falta para qualquer coisa, para todos os deficientes. Falta um pouco de respeito com a LBI, Lei Brasileira de Inclusão. Então não tem acessibilidade para estar aqui e participar desse debate e o IBGE, inclusive, mostra que tem dez milhões de surdos no Brasil, dez milhões de vozes que não são ouvidas.

Obrigado pela atenção. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Paulo. Tem a palavra o Sr. Claudio

Guimarães.

Nós teremos nesse ano sim a volta dos tradutores de Libra e nós tínhamos, houve uma dificuldade no contrato, que lá a empresa, Vereador Caio, que estava prestando esse serviço, vamos dizer assim, trata-se de uma empresa, ela teve dificuldade na continuidade do contrato. Então, pelo que o Presidente disse... A Globo esteve aqui ontem para tratar disso. A Rede Globo não veio aqui falar do orçamento, que não deixa de ser importante o tema que eles vieram tratar. Então o que a Mesa Diretora informou, através do Presidente, é que já abriu processo licitatório para que as empresas interessadas. Empresas, na verdade, não, são Organizações Não Governamentais, então esse ano retoma aquilo que já existia. Porque tem uma lei aqui, os Procuradores podem me orientar nisso, que obriga termos tradutores aqui. Nas reuniões da Comissão de Finanças e Orçamento até há alguns dias, nós tínhamos tradutores, inclusive reuniões bem menores do que essa. Então está sendo feita essa correção e o processo de licitação já está aberto para adquirir esse serviço novamente esse serviço que é muito importante.

Tem a palavra o Sr. Alessandro Azevedo.

O SR. ALESSANDRO AZEVEDO – Boa tarde a todos e a todas, a cada munícipe presente, cada movimento e entidade presente. Quero saudar a Mesa. Lamentável que não tenha uma mulher na Mesa, nem negra ou negro presente na Mesa. (Pausa) São Paulo não está a venda; plebiscito popular já. Nós, da cidade de São Paulo, queremos decidir sobre o futuro da cidade, se queremos ou não um modelo de estado mínimo para a cidade de São Paulo. Isso que nós queremos. Então, plebiscito já.

Eu gostaria de saber, muito curiosamente, porque todos os dados aponta que o orçamento desse ano deveria contemplar pelo menos o que foi aprovado nessa Casa no ano passado. Por quê? Curiosamente, digamos excepcionalmente, esse ano os cofres públicos começaram, pelo menos isso são as informações que a imprensa passa, com seis bilhões que o Governo anterior deixou de caixa para essa gestão. O Vereador Donato aponta dados de

valores que superam em relação ao ano passado, os congelamentos afetaram a área da cultura em 47% de congelamento. Isso, os cortes foram maiores nas áreas sociais. Então eu gostaria de saber do Secretário da Fazenda como se explica essa conta de ter todo esse congelamento. A execução da cultura deve fechar o ano com pouco mais de 50% de execução. O ano de 2018 aponta um orçamento com valor maior do que o deste ano. Curiosamente, no segmento da Cultura, e acredito que outras áreas – eles podem falar com mais propriedade –, vai ter um corte de 80 e poucos milhões na área da Cultura. Então, como se explica isso, Caio? O que todos nós estamos discutindo é o direito à cidade. Nós todos somos contribuintes, por meio do ISS, ICMS, IPTU, tudo isso, e não temos acesso a esses recursos. Então eu queria saber, na área da Cultura, principalmente, por que, quando o orçamento geral aumenta, o gráfico aponta para baixo, 80%? Nós estamos reivindicando a reparação dos 16% que estão sendo cortados para este ano e mais o reajuste de 5%, que equivale mais ou menos a 100 milhões de reais. Eu gostaria de saber como a gente equalizar isso aí, porque, para 2018, muitas coisas vão mudar. Pelo menos, o otimismo dessa gestão é de que 2018 será melhor, só que, para nós, será pior com relação a isso aí. Então eu quero saber como a gente pode fazer para resolver isso aí.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Presença do Vereador Alfredinho. Venha para Mesa, Alfredo. O Vereador Gilson Barreto está presente aqui conosco.

Tem a palavra a Sra. Juliana Lima.

A SRA. JULIANA LIMA – Boa tarde a todos. Já é a segunda vez que eu sou cortado das falas, que ontem eu não consegui falar na audiência do antipixo. E eu quero deixar o meu telefone. Se vocês quiserem que eu pixe, é só ligar para mim que eu vou e faço o trampo. Mas também não me deixaram falar. Por uma questão de lei, algumas pessoas são prejudicadas por causa disso. Teve uma menina que falou que queria que o bairro dela fosse igual a Holanda, e eu também queria que os Vereadores tivessem o mesmo recebimento que é feito lá na Holanda. Então há duas medidas e dois pesos.

Eu não vou conseguir fazer a minha fala, hoje, “véio”, nós conversamos ontem, porque vocês não apresentaram os dados e nem o Zé Turin também não apresentou os dados, então eu não tenho como confrontar a informação que eu preciso, porque eu não sei se ela está no orçamento da Cidade, ou, melhor, do Município, porque a gente está dentro da Câmara dos Vereadores, então a minha fala continua na degola. É a terceira vez que eu não consigo concluir a minha fala e o meu pedido perante as pessoas porque elas não apresentaram o orçamento da cidade dentro da área da Cultura. Então como é que eu posso cobrar uma coisa, se eu não sei se ela está ou não dentro do orçamento da cidade? Então eu não vou nem me estender muito, porque eu preciso da informação. E depois que for colocada a informação para a gente ter o conhecimento, que, por favor, me chamem de volta, para eu poder fazer as minhas cobranças. Obrigado.

P – Tem a para o Sr. Wellington Sonora.

O SR. WELLINGTON SONORA – Bom dia a todos e todas, bom dia à Mesa.

Que bom que o Turin está aí, né, porque eu estou curioso para ver esse relatório na parte da Cultura.

O meu nome é Wellington Sonora, e eu faço parte do Coletivamente Hip Hop e do Fórum Municipal de Hip Hop, aqui de São Paulo. A gente tinha uma demanda, que todo ano a gente fica brigando para ter as rubricas. A gente tem uma demanda do decreto, que são as casas de hip hop, que eram 500 mil, e que eu espero que esteja aí, né, Subrelator. Tem o mês do hip hop que atendemos, fazemos o acesso direto de 1870 pessoas, dentro de São Paulo que são artistas, indiretamente são mais de 10 mil pessoas em toda Cidade. Segundo o Secretário de Cultura se comprometeu com mais de 1.5 milhão, temos a nossa demanda que são 2,5 milhões em que 1 milhão é da Secretaria de Cultura, 1 milhão na Secretaria da Educação, 500 mil na Secretaria dos Direitos Humanos que está aí. Com gentileza, a gente tem a nossa demanda, a gente pode protocolar o documento com o senhor.

E vou esperar o Turin, porque é o sub-relator da parte da Cultura, então, a gente

quer ver o que está escrito para fazer as demandas. É isso. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado. Eduardo Merege Junior. Rapper Pirata, depois Osvaldir, depois Iraci.

O SR. EDUARDO MEREGE JUNIOR- Bom dia, o pessoal que contribuiu com o orçamento para esses caras receberem, eles são servidores públicos. Eles não entenderam ainda que o servidor público no restaurante serve, só que querem mandar na gente. E aí, Caio Megale, tem uma parada que me dói bastante. Quando lembro a fazenda, me lembro do capitão do mato, que chega no serviço social e me lembra o pessoal. O Brasil é muito louco, tipo a gente dá lavagem para as pessoas e a gente come paradas da hora e vomitam que somos os baderneiros, mas quem paga somos nós. Eles querem dar chicotada na gente. (Palmas)

Mas é muito tranquilo, Sabará, porque você fala muito de dados, mas os dados da gente são pessoas. O serviço social tem uma política e você ainda não teve uma postura como um Secretário que entendeu a política do serviço social. A política que você está fazendo, Sabará, é a política de quando a igreja católica fazia isso, vamos dar as coisas.

Aquela política do Doria de pedir doações, foi provado que o capitalismo não é tão bonzinho quanto a gente pensa. Veio o bagulho, mas pagamos o orçamento. E o orçamento deste ano vai chegar em 50 bilhões. O Caio faz o gráfico, a gente lê os gráficos dos caras, os caras têm medo de falar que são competentes. Dizem: caiu, vai cair, ele pega o dado de 2004 e vai a 2050, eu não sei se vou estar vivo até lá. Quero saber orçamento de 2018, certo? No orçamento de 2018, a área da Cultura não pode ter corte, porque tem trabalhadores. No orçamento de 2018, eu fico surpreso, a leitura do Sabará sobre o serviço social é muito louco. Ele vai para os 40%, volta para os 40%, estamos falando, é óbvio que tem criança e adolescente.

A primeira coisa são as leis do Brasil: estatuto da criança e do adolescente, de zero a dezoito anos, e chega até 21 anos para medida socioeducativa e etc. e as instituições têm

obrigações. E os direitos humanos, vocês este ano demitiram três pessoas da política de juventude. A cidade de São Paulo não tem política de juventude.

Infelizmente, eu perguntei para você sobre a Juventude Viva, você não entendeu. Vocês não sabem quem administra o Juventude Viva, é o pessoal da juventude e o Juventude Viva veio justamente porque este país mata 60 mil pessoas, pretos, pobres e periféricos, certo? E é óbvio que vai aumentar a pobreza. Sabará, estamos falando de pobres que é de zero até 100 e poucos anos, porque pelo Temer vão viver até 140 anos. Então, a política é para essas pessoas, Sabará, nós pagamos a política para isso. Tudo bem que você veio de família rica, nada contra, eu acho que você tem espírito humano que acho da hora.....

...poucos anos porque pelo Temer agora vamos viver 140.

Então a política é para essas pessoas, Sabará, nós pagamos a política para isso. Tudo bem que você vem de uma família rica que te ajudou. Nada contra. Acho que você tem um espírito humano e acho da hora, mas as políticas são de Estado e a política de Estado tem regras, instituições e as pessoas que fiscalizam e são essas pessoas que estão aqui. A gente só quer que você cumpra com as coisas.

Quero que a Gestão Doria seja a melhor do mundo porque este ano foi a pior. Vamos ver o ano que vem. Estamos torcendo porque os erros de vocês quem paga somos nós. E o Caio Megale mostrou várias vezes aqui que a política de privatização não serve para nada. Se não vai dar dinheiro por que privatizar o bagulho, parça. Deixa a coisa lá.

E aí o cara da Saúde ali, esqueci o nome, já vou deixar a brecha, mostra Pollara que você é uma das pessoas mais competentes da área da Saúde deste país porque está fácil. A política federal é contra a saúde do idoso, contra a saúde dos pobres, não distribuição de remédios, etc. Mostra que você é diferente. Médicos populares, não vai contra o barato dos cubanos. Médico da família é coisa de cubano, para com isso, sai do MBL, vai para a Cidade. Estamos falando para vocês. Vamos fazer o orçamento para a cidade de São Paulo, independente de quem está administrando.

E Sabará, quando eu te cumprimentei a primeira vez ali, eu fui franco, falei assim: Sabará, rezo que você seja o melhor Secretário o ano que vem. A gente faz elogios porque infelizmente, Sabará, estão provados os dados. Este ano não houve investimento, tem 3 bilhões, para onde vai a grana?.

- Assume a presidência o Sr. Atílio Francisco.

O SR. PRESIDENTE (Atílio Francisco) – Obrigado. Próximo a falar, Osvaldir de Freitas.

O SR. OSVALDIR DE FREITAS – Boa tarde a todos e a todas, Mesa, Vereadores e Secretários presentes, meu nome é Osvaldir, venho lá da Cidade Ademar. Somos do Movimento de Moradia Cidade Ademar, entregamos um documento e estamos entregando novamente aqui na Mesa. E esse documento foi protocolado ontem também pelos componentes do Movimento de Saúde, do Fórum Social, Comitê de Lutas, Movimento de Moradia Missionária/Cidade Ademar e da “Cecasu”, com algumas reivindicações da nossa região.

Mas antes de colocar as questões mais pontuais, a gente fica muito triste quando vemos que o Município de São Paulo tem um programa, o PAC de Mananciais, por exemplo, que previa vários recursos para recuperação das bacias da Represa Billings e Guarapiranga e simplesmente o Governo Federal suspendeu. Ouvei aqui a fala do Secretário da Fazenda e o Prefeito, o Governo Municipal não tomou nenhuma atitude. Pegou a sua bolsinha e voltou para São Paulo ou pegou o avião e foi para outro canto e não reclamou aquilo a que tem direito o Município de São Paulo.

A Prefeitura de São Paulo se apequenou perante um Governo corrupto e golpista não reivindicando aquilo que é direito do Município. E isso é lamentável, um Município com a força de São Paulo se apequena e não reivindica aquilo que é direito. Lógico que há recursos menores do que o previsto, mas agora nem o previsto a gente tem. Lá na região da Cidade Ademar, no PAC Mananciais, as obras de recuperação da Billings foram canceladas e a

Prefeitura não falou se vai fazer, se vai correr atrás de outras questões.

Então eu digo aqui que a gente se apequena perante um Governo, que é um Governo rasteiro, de rodapé, que é o Governo Temer. São Paulo tem que ser maior do que se tem colocado ao lado do Governo Federal, tanto na questão do PAC quanto no Minha Casa Minha Vida. Nós, do movimento de moradia, temos uma proposta de zero para o ano que vem, e o total para moradia é 0,07 do Orçamento de São Paulo, uma vergonha.

Quando não tem solução, a solução vai ser dada. É igual rio, a água não vai ficar em lugar represado, ela vai procurar os espaços vazios e ocupar. Os movimentos vão fazer isso: enquanto não tiver moradia, nós vamos ocupar as áreas vazias da cidade de São Paulo.

Aqui estão as nossas reivindicações, esperamos ser atendidos.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Atilio Francisco) – A próxima inscrita é a Sra. Iraci Ferreira Leite. (Palmas)

A SRA. IRACI FERREIRA LEITE – Boa tarde a todos, a todas. Quero cumprimentar a Mesa. Venho falar em nome do Fórum Municipal MOVA São Paulo, o MOVA é um movimento de alfabetização criado na época em que Paulo Freire era Secretário da Educação de São Paulo.

O MOVA passou a ser lei por projeto do Vereador Paulo Fiorilo, e passou a ser a Lei 14.058, de outubro de 2005. Através da Lei 16.171, de 16 de abril de 2015, o projeto de lei passou a incluir dentro do MOVA atendimento gratuito de material didático e alimentação para os educandos. O Secretário da Fazenda falou da questão do Orçamento, que todos os programas são corrigidos pela inflação passada. Secretário, no MOVA nós não temos essa correção.

Nós fazemos alfabetização em espaços onde não recebemos nenhum real para manutenção desse espaço. Nós, no MOVA, esse material e essa alimentação que por lei deve ser dada aos nossos educandos e educandas, nós primeiro fazemos a compra, depois somos

ressarcidos pelo Governo Municipal diferentemente de outros programas que o Município de São Paulo desenvolve.

Estamos falando aqui da dificuldade, e todo ano temos uma rubrica no Orçamento para o MOVA, e esse ano essa rubrica não aparece. A nossa pergunta ao Secretário é: por que no Orçamento da Educação a rubrica do MOVA não aparece? E se não aparece a rubrica, nós não temos garantia que o programa vai continuar! Aparece no Orçamento: EJA em parceria. Que EJA em parceria é essa? Vão descumprir o que diz a lei? Essas são as nossas perguntas.

O senhor falou sobre pagamento das parcerias. Vou dizer uma coisa para o senhor, Secretário, neste ano, mesmo tendo a rubrica do MOVA, muitas diretorias regionais de ensino ficaram sem repassar a verba para entidades para que pudessem passar aos educadores.

Então a nossa pergunta é: se estava no Orçamento, como é que esse dinheiro não apareceu nas diretorias regionais de ensino? Muitas dizem que só vão conseguir pagar esse período do segundo semestre no próximo ano. Agora eu pergunto: qual é o trabalhador que trabalha seis meses e só vai começar a receber a partir de janeiro do ano que vem?

- Manifestações na plateia.

A SRA. IRACI FERREIRA LEITE - Exatamente. É o repasse de verba, é o salário que tinha que pagar quem trabalha, o material didático e também a alimentação. Então eu quero saber.

Então eu estou pedindo, nós aqui, em nome do Mova, estamos pedindo que os vereadores votem para que volte a rubrica do Mova no Orçamento de 2018. Porque nós atendemos dois terços de toda a demanda por alfabetização inicial na cidade de São Paulo. De 2014 a 2016 nós atendemos 19,3% de pessoas a mais em São Paulo, sem ter reajuste e sem garantia de que o trabalho já feito seja remunerado. Então a pergunta é: vamos continuar assim ou vamos ter uma rubrica correta no Orçamento da Educação para 2018?

Nós não queremos chegar aqui dizendo: isso, não concluído; isso, não feito. Nós queremos no final de 2018 e dizer: nós queremos que aumente o orçamento, a rubrica para o

Mova, para a gente poder atender mais pessoas na cidade de São Paulo.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Atilio Francisto) – Próxima pessoa a falar é o Diogo Cardoso, por três minutos.

O SR. DIOGO CARDOSO – Bom dia. Meu nome é Diogo, sou vice-presidente do Conseg Jardim Mirna e vou explanar algumas solicitações aqui na audiência pública.

Uma das nossas demandas é sobre zeladoria na zona Sul de São Paulo, na região do Grajaú, no fundão de São Paulo. As nossas praças estão completamente abandonadas, sem nenhuma manutenção: grades, brinquedos, a parte de estrutura das praças está totalmente destruída. E cadê a manutenção? Não adianta só pintar calçada, tem que arrumar os espaços públicos para os jovens, para as pessoas idosas também participarem.

Também a questão das ruas. A Av. Belmira Marin, hoje eu estava vindo para cá, parece que a gente está num rali, não está andando nem numa avenida. Então, por favor, a manutenção da zona Sul precisa ser feita, principalmente na região do Grajaú e Parelheiros.

A população do Grajaú é de mais de um milhão de moradores. Precisa de uma subprefeitura no Grajaú. É um movimento que vem pedindo há muitos anos e o poder não escuta. A subprefeitura Capela do Socorro não consegue atender à demanda da zona Sul inteira. Vocês sabem disso, há muitos anos se fala isso na comunidade. Precisa da subprefeitura do Grajaú. O distrito mais populoso de São Paulo não consegue atender à demanda com a subprefeitura da Capela do Socorro.

Para o Felipe Sabará eu queria fazer um pedido. Nós, do Grajaú, lá no Jardim Sete de Setembro...

- Manifestações na plateia.

O SR. DIOGO CARDOSO – Pessoal, deixe falar, por favor.

Tem o espaço de um prédio, que foi uma luta do Vereador Ricardo Nunes – eu tenho que explanar aqui. Foram gastos 350 mil para construir o prédio. Desde 2014 não foi

aberto CCA nesse prédio. Desde 2014! É dinheiro jogado fora, porque está fechado o prédio até hoje! Eu gostaria de pedir, por gentileza, que a Secretaria atendesse a essa demanda desse prédio. É um prédio que está construído, roubaram janelas, destruíram totalmente o prédio, foi uma luta do Vereador Ricardo Nunes, e agora a gente vai conversar aqui, pedir para o Sabará.

Para finalizar, eu gostaria de falar sobre o Pronto Socorro Maria Antonieta. Pedi para a área da saúde quantas vezes a gente vai ter que sair na Globo para melhorar aquele pronto socorro. As pessoas esperam na calçada, na porta do pronto socorro porque não tem espaço suficiente para atender a população. Eu peço, por gentileza à saúde, Pronto Socorro Maria Antonieta, falta de medicamentos. Pesquisa no Google e está lá um monte de reportagem, mas ação, até hoje, não acontece.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Atilio Francisco) – Próxima oradora a Sra. Mônica Gomes.

A SRA. MÔNICA GOMES – Boa tarde. Quero agradecer a oportunidade. Estou representando aqui a AMASP. A AMASP é uma associação criada recente de AGPP, que é pessoal do nível médio e agentes de apoio, porque a gente não se via representados. É uma categoria esquecida da municipalidade. Nós levamos a Prefeitura nas costas porque temos vários AGPPs de nível médio com superior, eu tenho 25 anos de Prefeitura, e essa categoria estava esquecida. Lembrando que com a Lei 13.303, de 2002, a gente ganha os ínfimos 0,001% há anos. Anos levando sem reajuste salarial quando a inflação dá de 2% a 4%. E antes de ser servidora eu sou munícipe, eu pago conta, eu pago IPTU, eu faço mercado, como todo mundo que está aqui. Está difícil, está difícil para a gente e a gente com a AMASP não pede só reajuste salarial, a gente pede mobilidade. A mobilidade, o Secretário das Regionais não está, é uma pena, mas a mobilidade ela nos deixa transitar entre as Secretarias. Os AGPPS, que é o nível médio, é uma grande moeda de ouro, ela serve em todas as Secretaria, ela serve na saúde, na educação, ela serve nas regionais para a cidade ficar tão linda, mas não nos deixam

sair, é proibida a mobilidade, ela não acontece. Ela não tem custo, ela não gera custo nenhum, mas é difícil, a mobilidade não acontece.

Em relação à verba aqui dita pelo Secretário Megale, a gente lê Diário Oficial, mesmo on-line, e os contratos de publicidade do Sr. Prefeito, saíram dois contratos milionários, 50 milhões de reais com a Nova SB e a Lua Propaganda, nesta semana, em abril saíram dois contratos de 25 milhões com a Lua Propaganda, e nessa semana esse contrato milionário de 50 milhões cada um. Não foi doação, mas ele não entra ali nas planilhas de gastos da Prefeitura.

Bom, é isso que queria dizer. Eu acho que 0,001% não combina com a nova gestão, porque já vem há tantos anos, acho que uns 15, a gente não tem poder de compra mais nenhum. Está muito complicado pagar as contas em casa, mesmo falando que eu sou funcionária pública há 25 anos.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Atilio Francisco) –Próxima oradora é a Sra. Francisca Ribeiro.

A SRA. FRANCISCA RIBEIRO – Boa tarde a todos, boa tarde a Mesa. A Oraci já contemplou aqui a minha fala, mas eu vou fazer umas observações sobre saúde na Cidade Tiradentes. Têm muitos equipamentos lá abandonados, a educação, tem um mini CEU, também uma obra abandonada na Cidade Tiradentes, localizada no Barro Branco II. Creches, a Prefeitura fala que não tem mais demanda para a Cidade Tiradentes, só que eu fiz um levantamento no Jardim Maravilha, que é uma comunidade próxima à associação, em menos de duas horas a gente fez o levantamento, uma equipe de dez pessoas da associação, voluntários, e levantamos crianças de zero a três anos, 200 mães e 15 mães grávidas. Então como não tem demanda na Cidade Tiradentes? Eu fui procurar o que foi falado. Essas mães têm que procurar as creches. A gente voltou e foi falar com as mães. Elas falaram: “Como eu vou procurar as creches? Chegando lá não tem vaga. Então eu vou fazer o quê?” As mães não

vão. Outra coisa também. Moradores de rua na Cidade Tiradentes. A gente não via morador de rua, agora é o que a gente mais vê é morador de rua no terminal da Cidade Tiradentes e nas ruas. A comunidade Jardim Maravilha aumentou 80%, as encostas dos córregos estão cheias de barracos. Então, as encostas do córrego da Cidade Tiradentes, do Jardim Maravilha tem barracos até em cima dos córregos. Então eu estou assim super surpreendida com o que está acontecendo. Eu não sei se é o pessoal aqui do centro que está se movendo lá para Cidade Tiradentes ou se são as famílias que estão crescendo lá na região. E também sobre o Mova. Cadê a rubrica para o Mova em 2018? Eu vou falar de um exemplo. Eu sou um exemplo de alfabetização de jovens e adultos. Eu comecei no curso de alfabetização de jovens e adultos, fui para o Mailson Delane, que fica na Cidade Tiradentes, no Barro Branco, depois fui concluir o ensino médio e em 2016, a Associação Bem Querere, com muita luta, 14 anos, a gente conseguiu o Projeto Mova, porque a gente tinha alfabetização na associação, mas era com outras ONGS. Com muita luta mesmo, batendo a cara na porta. A gente se humilha muito para conseguir um projeto. Eu fico até emocionada. Vocês estão me vendo aqui pela primeira vez, porque eu venho para as audiências públicas e fico lá sentada, não falo o que eu estou sentindo e hoje aqui quero agradecer essa oportunidade. Então, por favor, não tira, porque eles estão lá, não aparece no Orçamento 2018 o Mova, aparece o EJA. O que vai acontecer? Se ninguém se unir e lutar, daqui uns dias não têm mais Mova. Para que serve o Mova? Para preparar aquela pessoa para terminar seus estudos, igual aconteceu comigo. Lá nas nossas reuniões pedagógicas, que a gente faz com os coordenadores e com os educandos, eles falam: “Dona Francisca, eles não querem que a gente seja entendido, eles querem que a gente continue burro”, é o que eles falam. Mas o que eu passo para eles: gente, não vamos pensar assim, que um dia eu vou ter essa oportunidade de passar para eles. Eu tenho certeza de que não é isso que eles pensam que querem que o pessoal continue burro para não entenderem de leis. É essa a minha palavra. Muito obrigada pela atenção de vocês.

O SR. PRESIDENTE (Atílio Francisco) – Próximo pessoa a falar é Débora

Cristina.

A SRA. DÉBORA CRISTINA - Boa tarde a todos. Muito obrigada pela oportunidade. Meu nome é Débora e estou aqui também falando pela Amaasp, como a Mônica falou, a Amaasp veio pela necessidade que a gente de nível básico e nível médio, AGPP e agente de apoio têm de representatividade dentro da Prefeitura. Os nossos salários são os mais defasados dentro de toda a Prefeitura. Temos a AGPP, agentes de apoio vivendo em situação de miséria. Sei que isso não chega muito à Câmara porque os servidores da Câmara tiveram reajuste, os servidores do TCM tiveram reajuste, mas nós que estamos ali todo dia, como a Mônica falou, carregando a Prefeitura nas costas porque na Câmara tem AGPP e agente de apoio, na SMADS tem AGPP e agente de apoio, na Secretaria de Direitos Humanos, na Secretaria de Educação, da Secretaria de Saúde, nós estamos em todo lugar da Cidade e somos os menos ouvidos, os mais desfavorecidos e com o salário mais defasado.

A gente não aguenta mais. Não existe AGPP e nem agente de apoio dentro da Prefeitura que não tenha uma segunda forma de complementação de renda. A gente não consegue viver com salário que a gente tem.

Como o Sr. Secretário colocou, o IPTU aumentou. Eu pago IPTU. Todo ano eu estou pagando IPTU, todo ano meu IPTU aumenta e o meu salário aumenta 0,01% ao ano. Os próprios Vereadores da Casa, no ano passado, tentaram passar um aumento para si de 26%, 26 e nós, 0,01%.

Solicito a qualquer um dos Vereadores aqui presentes ou outros que não estão trocar de holerite comigo por um mês. Eu troco. Eu quero ver fazer compra, pagar IPTU, transporte, cuidar de criança com mil reais ao mês. Não dá, não dá. A gente tem o PL 316 que vai agora para última tentativa de aprovação. Existe uma Comissão de aprovação da Câmara que está pedindo 4,6%, é menos que a inflação, não cobre as nossas perdas. Mas é para ter um mínimo de dignidade e comprar um panetonezinho no ano que vem porque esse ano não vai ter. Esse ano não tem.

Tem muito debate também sobre a Previdência e uma preocupação que a gente tem é a seguinte: o mesmo cofre paga comissionado e servidor direto, servidor efetivo, servidor concursado, mas só a gente contribui para o IPREM. Os comissionados, que não são poucos, não contribuem para o IPREM. Então, é fácil falar de déficit quando esse déficit é criado pela própria Prefeitura.

Outra coisa, como a Mônica falou, a verba para publicidade é de mais de 100 milhões em um ano. Mais de 100 milhões. Serão dois contratos de 50 milhões. Enquanto isso, bancos têm desconto nas dívidas com o Município, tem um monte de assessor contratado, enquanto tem servidor exonerado de cargo de 400 reais a mais que era no mês da pessoa. Não dá para fazer uma compra no mercado de 400 reais do mês. Mas a prefeitura tirou, a Prefeitura exonerou mais de 500 servidores de 400 reais. A inflação está difícil, mas nós também somos munícipes, nós também somos cidadãos e nós também somos eleitores. É sempre bom ter isso em mente. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Atilio Francisco) – Próximo a falar é o Sr. Joaquim José da Silva.

O SR. RICARDO NUNES – Sr. Joaquim, só um minutinho. A Dona Socorro é uma pessoa muito querida, ela participa de todas as audiências e merece o nosso carinho e respeito. Ela está perguntando sobre a questão do URSI Itaquera.

O que está previsto para Itaquera é o SER Itaquera. O URSI não está no orçamento. Eu vou conversar com o Daniel depois, porque o que está previsto de URSI é uma unidade no Butantã.

- Manifestações fora do microfone – inaudíveis.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Eu tomei o cuidado de levantar, de olhar, de falar publicamente para ficar nas notas taquigráficas. Eu estou aqui há cinco anos e há cinco anos eu escuto a senhora falar isso.

- Manifestações fora do microfone – inaudíveis.

O SR. (NÃO IDENTIFICADO) – Boa tarde.

Eu sou da Supervisão Técnica de Saúde, do M'Boi Mirim. Fiscalizamos 32 UBSs.

Só que estamos passando pela pior situação, que é esse desmonte da saúde pública. Estão fechando unidades e as outras estão fechando duas horas mais cedo. Especialidade, na rede, não tem. Às vezes, a pessoa fica um ano, dois anos para ter um exame de especialidades. E não é só na zona Sul. É em toda São Paulo.

O que acontece? Eu recebo muita reclamação. As pessoas reclamam que ficam esperando muito tempo por uma consulta e quando ela sai, sai longe do local em que as pessoas moram. Se a pessoa já estava doente, precisando sair de casa às 4 da manhã para passar em uma consulta, fica pior ainda.

Então, gostaria que todos nos reuníssemos para fazermos um movimento amplo para cobrar esse desmonte da saúde. Realmente, parece que a saúde não é prioridade. Mas por tudo que ouvi hoje, percebo que o desmonte não é só na saúde. O desmonte é geral. O trabalho social está terminando. Eu estava conversando com uma Assistente Social e ela me disse que tem de fazer outra faculdade, porque os trabalhos sociais vão acabar. É um absurdo saber que um gestor desses tem a maioria na Câmara! É difícil! Porque ele tendo a maioria, ele vai acabar com a classe trabalhadora.

E outra coisa, gostaria que o Córrego dos Freitas entrasse no Orçamento de 2018.
(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Tem a palavra o Sr. Lucas Lima.

O SR. LUCAS LIMA – Boa tarde a todos. Sou morador de Parelheiros. Estou representando o Conselho Gestor do Polo de Ecoturismo, que foi uma lei criada pelo Vereador Alfredinho, na gestão passada.

O Polo de Ecoturismo tem uma grande importância para Parelheiros por criar a geração de empregos em um bairro tão distante, com várias dificuldades, por questões ambientais de não poder ter um desenvolvimento comum.

Hoje, viemos defender, aqui, até com a ciência dos próprios Vereadores Ricardo Nunes, Alfredinho e os da região, de defender o orçamento para o Festival de Inverno, do ano que vem, no valor de 300 mil reais, com uma rubrica, que pedimos seja inserida no orçamento do ano que vem. A importância desse evento, dessas festividades em nossa região é muito grande, porque é uma região em que não há geração de renda. Então, quando se tem a especulação do turismo, de uma forma sustentável, conseguimos desenvolver, de alguma forma, a geração de renda e, também, empregos diretos e indiretos.

Também gostaria de aproveitar o momento e falar sobre a Casa de Cultura de

Parelheiros. Eu não sei como está o processo disso, mas já temos um prédio lá, já há algum tempo, que está sendo usado pelo Conselho Tutelar e que também fosse prevista, para o orçamento do ano que vem, a colocação dessa Casa, que já é um prédio público.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Casa de Cultura. O Secretário André Sturm esteve lá conosco: 640 mil para reformar e iniciar. Deve iniciar em maio ou junho.

Tem a palavra o Sr. Adão Alves dos Santos.

O SR. ADÃO ALVES DOS SANTOS – Eu também sou do Mova. Cadê a rubrica?
(Palmas)

Além de ser do Mova, também sou de Pontos de Cultura. Cadê o investimento? Também sou das Rádios Comunitárias? Cadê o investimento? Também sou da Brasilândia. O hospital estava prometido, pelo candidato da Oposição. Não tem hospital. Também há a questão do Parque Brasilândia. Ou seja, há tanta coisa para cobrarmos e não há nada para recebermos. A atual Gestão tem sido muito boa em tirar recursos.

O Secretário Caio falou da questão do aperto das despesas fixas de custeio. Na Gestão de 2005, a questão do Bilhete Único era diferente. Nós entrávamos pelas portas traseiras. Passamos pelas dianteiras e pagar de novo a condução nos terminais. Com isso, meu caro amigo e Secretário Caio, houve um aumento do custeio, com o transporte público, por volta de 5%. Se voltar, 5% desses 17% vão desaparecer. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Tem a palavra o Sr. Rude.

O SR. RUDE – Boa tarde a todos.

Também lamento não ter nenhuma mulher na Mesa. É costumeiro acontecer isso na Câmara.

Caio, eu queria falar com você, especificamente. Eu vim hoje para falar com você. A nossa audiência foi ontem. Já falamos bastante ontem. E hoje eu queria falar diretamente com você, porque preciso pontuar isso.

O orçamento é o que determina, muitas vezes, o caminho da Cidade, o que vai acontecer conosco. A grande questão é essa.

Queria só pedir o seguinte: Caio, você é um CEO, você é um homem que veio do Banco Itaú. Você é um Executivo que veio do Banco Itaú. Então, é evidente que é mais difícil eu falar... Falar com o Banco sempre é difícil. Então, você é um homem do negócio. Mas eu queria te pedir muita sensibilidade. Você já me recebeu em seu gabinete e eu sei que você é

um cara muito sensível à conversa. Você é um cara do diálogo. É bom. Só que é claro: você vem de um pensamento completamente diferente do meu, do nosso, da área social. O Itaú, para você ter uma ideia, sempre brigamos com o Itaú, na área da Cultura, porque ele leva 30 milhões da Rouanet todo ano. Quer dizer, sempre brigamos, porque, claro, é um outro tipo de negócio, é uma outra coisa. E cultura, para nós, não é negócio, é cidadania, é construção de pensamento. (Palmas) Essa é a diferença.

Mas eu queria pedir para você, porque no ano passado conseguimos, nesta Casa, 518 milhões. Neste ano, veio bem menos. Então, estamos brigando por 100 milhões, para equiparar. Se no ano passado tínhamos 518 milhões, não é razoável termos 430 neste ano. Precisamos ter, pelo menos, 100 milhões a mais para equiparmos com o ano passado.

E o Vereador Zé Turin, que está ao seu lado, que tem conversado muito conosco com relação à cultura, deve estar sofrendo contigo. É claro, é difícil lidar. Você tem a chave do cofre, Caio. O Caio tem a chave do cofre. Ele é o homem do dinheiro. Ele é o homem da Fazenda. Esse é o cara com quem temos de conversar. É com ele e com o Prefeito. Eu não estou te expondo aqui. Estou dizendo, porque é o seu papel. Você é Governo e eu sou sociedade civil organizada.

Então, assim, eu queria te pedir para ser sensível, porque não é razoável, mesmo sob o ponto de vista de um cara que veio do Banco, que veio do sistema financeiro.

Então, eu te peço para que você compreenda as demandas e os pedidos da cultura, porque, para nós, não é só fazer entretenimento. Vai muito além disso. Vai para a construção da cidadania. Cultura, para nós, significa termos mais saúde, mais alegria, mais segurança. (Palmas)

Caio, te desejo sorte e espero que você ouça os nossos clamores, porque, para nós, é muito importante. Amanhã, você não estará aí, mas nós vamos continuar aqui.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Tem a palavra o Sr. Vanderlei Ramos da Silva.

O SR. VANDERLEI RAMOS DA SILVA – Boa tarde a todos.

Hoje, todos nós viemos para sabermos a versão de Caio Megale sobre a versão da coisa.

O problema da Cidade é o dinheiro mal investido. É difícil sabermos por onde o dinheiro anda, no Governo. Porque falamos: “Olha, eu preciso arrumar uma Rua na Ilha do

Bororé”. Eu sou morador da Ilha do Bororé, Parelheiros, lá na segunda balsa, todos falam que é lá no final do mundo. Aí todos nós juntamos e falamos: “Vamos fazer turismo lá na Ilha do Bororé. Vamos fazer turismo em Parelheiros”, local em que todos falavam que só tinha ladrão, gente que não prestava, o lugar era longe, as ruas não prestavam. Só que ninguém falou que lá tinha cachoeiras maravilhosas, cavalgada todo final de semana, show sertanejo de pessoas da região. Porque, quando você fala em show sertanejo aqui no Centro, você vai ao Vila Country e assiste a um show sertanejo. Vai assistir lá, no Grajaú. Veja se foi alguém lá, fazer um show para a comunidade. Ninguém vai. Ninguém aparece lá. O turismo, que vendemos, é um turismo rural. Levamos pessoas para as cachoeiras, que elas nem sabem que existiam.

Temos um hospital lá, o Hospital Antonieta, lá no Grajaú. Eu acho que vocês já ouviram falar muito, que já passou em todos os telejornais da televisão. Não há médicos. As pessoas estão morrendo lá, gente. Você vai lá e fica cinco horas. Não é atendido. Você pode ter problema que for. Isso não é justo. É uma vergonha. Não é justo guardarem 50 milhões na sua casa, e a pessoa ficar cinco horas para só chegar ao médico, para o médico olhar para a sua cara e falar: “Toma Benzetacil e sai daqui”. Então, gente, eu vim aqui reivindicar. A gente precisa fomentar o turismo da região. A gente fez um festival de inverno no ano passado. Houve 48 eventos em Parelheiros. Foram feitas várias festas lá, sem dinheiro algum. O que a gente está pedindo aqui é ajudem a gente a levar os pobres para lá. Por quê? Porque a emenda de 300 mil reais, para que funcione o festival de inverno. A gente fez o festival de inverno no ano passado. Participaram quase cem mil pessoas em todas as festas, sem um real da Prefeitura, sem um real de ninguém. Então, esse é um pedido de ajuda, que entre essa ajuda para Parelheiros, para a gente estar fazendo o melhor pela comunidade e melhor para os pobres. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Tem a palavra o Sr. Márcio Luiz Costa, de M'Boi Mirim.

O SR. MÁRCIO LUIZ COSTA – Boa tarde a todos. Eu vou falar o que já coloquei aqui em outras audiências. O Vereador Ricardo Nunes já deve estar cansado de ouvir, o problema da canalização do córrego dos Freitas. Vamos estender também para a extensão da Avenida Carlos Caldeira Filho até a Estrada do M'Boi Mirim e a duplicação da Estrada do M'Boi Mirim. Por que essas três intervenções? Porque já existem contratos assinados. Estão

suspensos, pelo menos, o Freitas e a Carlos Caldeira, por conta da questão habitacional, porque os contratos são para obras de infraestrutura, e a questão habitacional está relacionada ao programa Renova São Paulo. Aí volta àquilo que o Sr. Secretário disse, o problema das receitas de capital, ligadas aos repasses federais. Então, cria-se esse problema. Está bom, as receitas de capital são menos, mas sempre vem alguma coisa, e são obras que só a execução da infraestrutura são 36 meses, pela sua previsão, a partir do início.

Então, eu acho, nobre Vereador, que têm que constar, no PPA, essas três intervenções, de preferência, com rubrica própria, porque são obras muito essenciais. A duplicação da estrada do M'Boi Mirim é mais simples, não envolve questão habitacional. Talvez alguma coisa área pública ali que esteja ocupada talvez seja até menor, como foi a Avenida Luiz Gushiken. Essas obras da região são muito importantes.

Um segundo ponto que eu queria colocar é essa questão da descontinuidade do Programa Mananciais. Ele é fundamental para as áreas da represa, tanto da Billings quanto da Guarapiranga. Eu acho assim, que o Sr. Prefeito, a Prefeitura, o Governo tem que tomar uma iniciativa. “Ah, o Governo Federal acabou”. Têm que solucionar. Não pode ficar parado o programa. Eu tenho uma preocupação com algumas áreas abrangidas pelo Programa Mananciais, que envolve áreas de risco muito graves, a região do Boulevard da Paz, no Jardim Ângela e da Chácara Bananal, no fundão, já quase na divisa com Itapeverica. São áreas de risco de encosta. Então, têm que tomar atitude. Pode haver acidente grave.

Já coloquei a questão de área de risco. Ontem eu perguntei ao Sr. Secretário sobre o problema das encostas. Eu não sei se eu fui claro, mas a resposta de V.Exa. voltou para a questão de enchente, sem nenhum demérito, porque a gente sabe que a enchente é um problema na Cidade. As encostas não é um problema de enchente. São essas ocupações que há, que o pessoal fala em morro. São taludes ocupados, que constantemente há movimentação de terra. Essa chuvinha hoje já deve ter feito movimentação no subsolo de muitas encostas na Cidade. Quando há um acidente, não é uma enchente, quando a área

abaixa. Às vezes, há até uma vítima fatal. São dezenas, centenas de pessoas que morrem soterradas. Só no M'Boi Mirim, deve haver umas dez áreas de encosta crítica, de risco muito alto. Na Vila Brasilândia, o número é parecido em outras regiões da Cidade.

Existe rubrica para isso, a dotação 11-93, da Secretaria de Subprefeituras, mas é muito genérico.

Eu acho que o Governo, os Vereadores, a Câmara tem que se ater um pouco mais sobre esse assunto, ou por meio da Comissão de Política Urbana. Cabe até uma CPI, gente, porque isso pode acarretar. Uma hora vai deslizar alguma encosta na cidade de São Paulo, porque a terra vai movimentando constantemente. É imperceptível, mas ela vai movimentando, porque diariamente as pessoas fazem um puxadinho e cavam a terra. Há ligações de água e esgoto que são irregulares. Há vazamento. A drenagem é prejudicada, e constantemente há movimento. Quando o movimento é um pouco maior e causa rachadura, a Defesa Civil local vai lá e interdita. Os Prefeitos Regionais entram em pânico e declaram emergência. A obra sai mais caro, porque a emergência é feita em cima da tabela cheia da S-Urb. que hoje deve ter outro nome, mas é a tabela da Prefeitura.

Então, eu acho que têm que se ater a esse problema das áreas de encosta, especificamente, criando-se um programa para isso, inclusive previsto no PPA, para que, ao longo dos anos, elimine-Secretaria, pelo menos, os riscos nível alto e muito alto, porque a tragédia não acontece, mas daqui a pouco pode acontecer e não é pouca coisa.

Muito obrigado. (Palmas)

- Assume a presidência o Sr. Jair Tatto.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra a Sra. Neide.

A SRA. NEIDE – Boa tarde a todos. Eu cumprimento a mesa. Eu estou no conselho municipal do idoso e também sou do grupo de articulação para moradia de idosos

da capital. Justamente nós entregamos várias reivindicações, tanto aqui para a comissão extraordinária permanente da pessoa idosa como para a Comissão de Finanças e Orçamento. Agora aqui nós realmente estamos muito preocupados. Justamente há muito tempo estamos reivindicando com relação à moradia para idosos. É um problema muito sério e agravante, devido ao número grande que nós temos de idosos de baixa renda, que estão precisando morar decentemente, com dignidade. Inclusive, a moradia é uma questão também de saúde, porque sem a moradia digna, a saúde é prejudicada, e nós temos um exemplo aqui, em São Paulo, que é o único plano-piloto, projeto-piloto que nós temos, o Conjunto Habitacional Vila dos Idosos, onde há cerca de 200 idosos que moram lá. São 145 apartamentos, sendo 90 quitinetes e 55 apartamentos de quarto, sala, cozinha e banheiro; e nós precisamos triplicar isso. Realmente nós não temos nenhum projeto habitacional para idoso. Isso é uma questão de urgência. Hoje há moradores de rua e idosos morando sem condições e em condições precárias. Realmente é uma situação muito degradante para o idoso, o idoso que tanto trabalhou, que deu a sua vida para construir muita coisa aqui no Município de São Paulo e está jogado, quer dizer, está assim realmente sem condições dignas de estar. Então eu peço que seja justamente visto com amor e carinho essa situação nossa do idoso, para que realmente seja feito algo, que se dê um jeito nessa condição da moradia para idoso. É só isso que tenho para falar. Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Sra. Floripes, depois dela o Sr. Sandro da Conceição, depois o Robson.

A SRA. FLORIPES – Boa tarde a todos, boa tarde à Mesa. Eu não queria falar não, mas eu resolvi porque o Secretário da Saúde foi embora, eu ia falar é com ele.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – O Daniel está aqui, Floripes, é o Adjunto, ele vai responder por ele.

A SRA. FLORIPES – Ah, tá, então o senhor vai responder para mim. É assim, veja bem: lá na nossa região da zona Sul, sou do Movimento da Saúde, o que está acontecendo?

Nós não temos médico de jeito nenhum. Eu não sei se é porque não pagam direito, tá entendendo? Não sei se é porque eles têm medo, dizendo que lá só tem bandido, mas não tem. Há muita gente honesta na região, mas eles consideram que lá é perioso, mas não é, entendeu?

Então o que quero dizer é que tem de ser colocado no Orçamento é mais dinheiro para poder pagar os médicos. Se o problema é pouco salário, tem de ter mais dinheiro para pagar os médicos. Isso não pode falhar, pois estamos sofrendo muito.

Na UBS Cantinho do Céu está um problema, não tem médico, e na região toda, tá um sofrimento. Então também isso eu queria dizer. E também quero falar do parque linear. Temos lá um projeto há anos do parque linear e tiraram algumas moradias, removeram as pessoas, mas o parque não saiu. O que será que foi feito com o dinheiro do parque? Para onde levaram o dinheiro do parque, porque disseram que já estava reservado para o parque. A Elisabete França falou: “Já tá tudo certo Dona Floripes, vai sair o parque linear”. Só que até agora nada. Então temos de saber onde está esse dinheiro ou pedir mais dinheiro para poder fazer o tal parque linear.

E eu quero falar com o Ricardo Nunes, porque ele conhece muito bem esse problema. E outra coisa: o Ricardo Nunes tem um projeto muito bom para a região lá do Grajaú, que é o transporte viário.

Portanto nosso Prefeito tem de levar muito em consideração esse projeto, porque vai ser muito bom para nós, vai desafogar a Belmira Marin e vai ser muito importante, pois o pessoal vai ter muito mais condições para estar indo e vindo, trabalhar, passear e fazer tudo, porque esse transporte viário é muito importante. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Floripes. Sandro, por favor. (Pausa) Robson, por favor. (Pausa) Cleusa Maria. (Pausa) Sandro? O Robson foi embora? (Pausa) Depois é a Cleusa.

O SR. SANDRO – Boa tarde a todos, quero cumprimentar a Mesa, as autoridades

aqui presentes, quero cumprimentar também os munícipes presentes, em especial os conselheiros tutelares, que é uma classe à parte na cidade de São Paulo, quando eles querem realmente mudar as coisas. Tenho muito orgulho de ser colega de vocês, muito obrigado a todos.

Senhores, vim aqui externar novamente a minha decepção com esse Orçamento do Governo, da Prefeitura, com o orçamento executado em 2017, no Capão Redondo. Foi zero! O povo do Capão Redondo está muito decepcionado com esse Governo.

E, de acordo com esse novo orçamento, para 2018, infelizmente, vai prosseguir de forma lamentável, porque o Extremo Sul da cidade de São Paulo é uma das regiões mais carentes e estão ficando fora do Orçamento. Temos coisas importantes lá na região que é o prolongamento da Carlos Caldeira Filho, que não está incluso. Temos a canalização do córrego dessa mesma avenida, o córrego dos Brancos, que também não recebeu nada.

O Prefeito João Doria foi lá na eleição na região do jardim São Luis, no bairro do jardim Capelinha, prometeu ao povo daquela região que ele faria o córrego dos Freitas e não vimos nada disso.

A gestão anterior deixou quase tudo pronto, como as licenças ambientais, enfim, é lamentável que estamos vendo um governo medíocre. É um governo medíocre! E, Srs. Secretários, informem ao Sr. Prefeito João Doria que criança acima de 6 anos – até 12 anos – não são marmanjos, devolvam o leite dessas crianças que vocês tiraram! (Palmas)

Parece-me que essa gestão pegou as crianças e os estudantes para praticar suas maldades, foi lá diminui transporte da criança, aumentou o bilhete único mensal, foi lá e tirou a metade dos direitos da molecada que usa o passe livre. Mas o que é isso? Uma cidade com 50 bilhões de Orçamento, têm de mexer justamente nessas crianças? Nessas pessoas vulneráveis? Pelo amor de Deus, senhores. Avisa para o Prefeito João Doria.

E outra coisa: o Vereador Reis, em audiência aqui na Câmara, mostrou um vídeo do Prefeito falando que iria, sim, prometendo, fazer o córrego dos Freitas. Aquilo ali todo ano é

um sofrimento para aquelas pessoas. A gestão anterior, com todos os problemas que houve, conseguiu muita coisa.

E, antes que eu me esqueça, concluindo, queria saber quantos conselhos tutelares estão inclusos no orçamento para serem criados na cidade de São Paulo, tendo em vista que a gestão anterior criou 8 conselhos tutelares, inclusive o do Capão Redondo, pelo qual lutamos tanto. Pessoal, pelo amor de Deus, olhem para a zona Sul e para as pessoas mais vulneráveis dessa cidade! (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Cleusa, depois a Luci.

- Manifestações fora do microfone.

A SRA. CLEUSA – Boa tarde a todos, sou da Rede de Proteção e Defesa à Pessoa Idosa. Essa rede representa os idosos, os técnicos do Poder Público, representantes de instituições conveniadas com a Prefeitura, que prestam serviços aos usuários, universidades e pessoas interessadas no bem estar da pessoa idosa e nas políticas públicas direcionadas a ela.

Trago alguns números que, inclusive, já foram apresentados à Mesa, da regional Sé, são oito distritos a saber: Bela Vista, Bom Retiro, Cambuci, Consolação, Liberdade, República, Santa Cecília e Sé. Juntos, esses distritos somam 83.638 idosos, dentre eles, 31.950 homens e 51.688 mulheres.

Claro que todos sabem aqui que, desse alto índice, muitos estão vivendo em pensões, cortiços, condomínios, sozinhos, e pagam alugueis altíssimos, como nossa amiga Neide falou sobre a importância da locação social para esses idosos.

Mas o que a Rede vem pedir é a implantação do ILPI. Muita gente nem sabe o que é isso. São as Instituições de Longa Permanência da Pessoa Idosa. Na região da Sé não existe nenhuma e isso se faz urgente: a implantação já, para os próximos meses de 2018. Além da requalificação do RH e do espaço físico da URSI existente na regional Sé.

E outros problemas que o Plano de Metas está contemplando, só não sabemos o

cronograma disso, são as ILPIs nas outras regionais, as URSIs, os CAEs, e os Centros Dias.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado. Luci, por favor.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Ah, tá desculpe. Kauane Andrade, e o último o João Pedro Rosin.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Então vamos. João Pedro. (Pausa) Kauane, vamos lá acelera.

O SR. JOÃO PEDRO ROSIN – Boa tarde a todos, eu sou João Pedro Rosin, Conselheiro do Pronto Socorro da Lapa.

Sr. Ricardo Nunes, Sr. Jair Tatto, o ano passado estivemos aqui e passamos esse video, o qual rodará daqui a pouco com relação à unidade que está sofrendo muito. O Relator, o nobre Vereador Jonas Camisa Nova colocou uma rubrica no valor de R\$ 1 milhão para consertar o telhado da unidade, essa verba não foi liberada, e não sei por qual razão.

Eu tenho a dizer que o Pronto Socorro da Lapa é o único na região Oeste. Atende mais de 1 milhão de trabalhadores. Se perguntar aqui, todo mundo tem alguém que trabalha ou em Pinheiros ou na Lapa. Por favor, pode por.

- Apresentação de video.

O SR. JOÃO PEDRO ROSIN – Vejam a chuva, olha aí. Um absurdo.

A SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Compreendido. O Daniel será o primeiro a lhe dar resposta. É o Pronto Socorro da Lapa?

O SR. JOÃO PEDRO ROSIN – E a alegação é que a emenda foi colocada pelo Sr. João Camisa Nova que era, na época, o Relator do Orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Ele era o Presidente da Comissão.

O SR. JOÃO PEDRO ROSIN – Ele era o Presidente da Comissão e a alegação era

essa: que a emenda dele. Não era dele. A emenda foi desta Casa, saiu dessas audiências, e o Executivo não está cumprindo aquilo que foi determinado por esta Casa.

Sr. Caio, para Pinheiros, 1 milhão e pouco de trabalhadores, são regiões que mais colocam dinheiro no seu caixa, no seu cofre, e o senhor deixa acontecer isso, Sr. Caio? O senhor não gosta da gente? (Pausa) Quer que mudemos de banco? (Pausa) (Risos) Por favor, dá tempo ainda, antes da chuva, me libera essa emenda.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, João Pedro, será respondido em seguida. Sra. Néa, é a última.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – A Kauane eu já tinha chamado. Ah, apareceu! Então fala a Néa, depois a Kauane.

A SRA. NÉA – Boa tarde a todos, boa tarde à Mesa, aos Srs. Vereadores, aos Secretários aqui representados.

Os meus questionamentos, as minhas considerações, vão para o Secretário Felipe Sabará, da Assistência. O senhor falou a semana passada, e não deu tempo para fazermos os questionamentos ou apontamentos da questão da reorganização do serviço socioassistencial, principalmente na questão da população em situação de rua. Dentro desse contexto, quando você pensar em situação de rua, tem a questão da drogadição, exploração sexual, exploração de trabalho infantil. Existem “n” situações que acarreta. É a situação mais vulnerável, é quando a pessoa não tem mais nada.

Qual a relação da Secretaria com as outras políticas setoriais? Qual essa interligação, essa interlocução? Porque não dá para você resolver problema dessa população se você tiver as outras políticas. E aí, Secretário Caio Megale, como o senhor vê o orçamento, como chega para o senhor – para a gente não ver números, cifrão. A gente precisa entender que o Secretário que tem o poder da caneta, e como ele vê essa população. Como ele vê

aquilo? Aquilo é uma demanda, e é um direito constitucional para toda essa população, seja criança, adolescente, jovem, adulto, precisa ser atendido da melhor maneira possível.

Tratando mais ainda dessa prioridade, Filipe Sabará, o Estatuto é claro, a Constituição é clara: criança e adolescente são prioridades absolutas, e devem ser prioridades absolutamente no orçamento desta Casa, e, dentro das Secretarias, ela precisa ser prioridade porque é uma regra. Se não tem dinheiro, que faça suplementação, que vá buscar, que tire de outra parte, mas precisa ter, porque, se você não pensar na criança e no adolescente, você pensa também na sua família.

Para finalizar, Jairo.

Dentro disso, como fica o serviço 24h na cidade de São Paulo? Nós não temos esse serviço para atender essa população. Esses serviços e abordagens só vão até determinado horário, e violação não tem hora para acontecer. Então precisa reordenar, sim, pensar nessa questão de verdade, e investir, Caio Megale, pensando na criança e adolescente, buscando todas as políticas que contemplam a criança e o adolescente para o investimento. E aí vai ter que botar dinheiro, sim, de orçamento. Tire de outra coisa.

Muito obrigada. (Palmas)

P – Tem a palavra a jovem Cauane.

CAUANE – Meu nome é Cauane, eu venho de Vargem Grande. Eu venho aqui falar sobre a minha escola.

Eu não tenho passeio, eu fiquei três anos sem passeio. O leite escolar não vinha, nem para mim e nem para o meu irmão. O meu irmão ficou os três aninhos dele sem vir o leite. Ele não faltou nenhum dia, e só vieram três pacotes do leite dele.

Sempre que falavam que ia ter passeio, sempre que eu ia perguntar para a tia, eu perguntava “Que dia que vai ser o passeio?”, e ela diziam “Amanhã”. Aí, chegava no dia do passeio, e elas falavam “O ônibus escolar é pago”. Aí eu dizia: “Não, é de graça”. Elas diziam: “Não, você vai pagar”. Eu falei “não”. Eu fiquei sem passeio por três anos.

O meu uniforme não veio por três anos.

Então sem passeio, fiquei sem o leite e a merenda escolar não poderia repetir.

P – Tem a palavra o Sr. Daniel, Chefe de Gabinete.

O SR. DANIEL – Boa tarde a todos. Eu gostaria de cumprimentar os Vereadores da Mesa, o Presidente Jair Tatto e os demais Vereadores, as mulheres que estão à Mesa e os munícipes presentes.

Queria começar dizendo que, de fato, a saúde é um ambiente bastante complexo, e que apresenta, na sua realidade, uma série de problemas. Nós sabemos que a saúde tem problemas. O que eu acho importante trazer para vocês nesse momento em que dialogamos com a sociedade civil a respeito do que pode melhorar é que nós estamos trabalhando no sentido de fazer um redesenho, de redimensionar a assistência à saúde na cidade de São Paulo. É claro que esse redimensionamento e esse redesenho não podem ser feitos de dia para a noite, eles levam algum tempo. E o planejamento desse redesenho vem sendo feito pelo Secretário Polara, pelo Prefeito João Doria, por outros Secretários que têm participado muito da assistência à saúde, como, exemplo, o Secretário Filipe. Estamos convictos de que o plano funciona.

O que é esse plano? Do que estamos falando?

Estamos falando de integrar as modalidades de atenção à saúde. Hoje, por conta do déficit tecnológico e por conta da falta de integração, nós temos problemas entre a atenção básica, a atenção especializada, urgência e emergência, e hospital. A integração de informações entre as modalidades de atenção é falha, e a gente precisa melhorar isso. Isso é fruto de um déficit tecnológico histórico que a cidade de São Paulo tem, não somente na área da saúde, mas em outras áreas, e que precisa ser repostado com inteligência e com investimento.

É claro que investir num ano como 2017 não foi uma tarefa fácil. Tudo que foi possível de se fazer em termos de investimento foi feito. Mas, como um ano de recessão – esperamos que o último –, foi um ano muito difícil, e a perspectiva para os próximos anos é

bem melhor do que a perspectiva que tínhamos em 2016 para 2017.

Eu vou responder ponto a ponto daquilo que foi apontado pelos munícipes nessa última rodada de perguntas. E vou começar falando de Pronto-Socorro Maria Antonieta.

O Pronto-Socorro Maria Antonieta precisa, de fato, de uma reforma. Eu vou conversar com o Marco Antônio, que é o coordenador da região, e estamos estudando a possibilidade de alocar recursos na ordem de 400 mil reais para fazer essa adequação.

É importante entender que nós temos, sim, problemas assistenciais eventualmente ligados à falta de médicos por conta de substituição, às vezes devido à natureza do vínculo do médico – por exemplo, o programa Mais Médicos, com o qual tivemos alguns problemas, e cujos médicos já estão sendo repostos. E, sim, eventualmente, acontecem algumas faltas ou ausências, que imediatamente são repostas a partir do quadro da Administração Direta ou do quadro das OSs.

Um munícipe colocou a questão da falta de medicamentos como uma questão crítica.

Vamos lembrar que quando assumimos o Governo, no dia 2 de janeiro, nós tínhamos um déficit de medicamentos, que foi suprimido ao longo do tempo. E o dado que eu vou passar para vocês é de hoje, acabei de receber no Whatsapp, é de que temos uma disponibilidade de 94% dos medicamentos nas unidades básicas. Entretanto, não significa 100%, e, portanto, dá para entender o que o nosso munícipe trouxe. Quer dizer, eventualmente faltam alguns medicamentos em alguns locais, mas eles são repostos, na medida do possível, em até 24h.

Existem alguns medicamentos que faltam no próprio fornecedor, e a Prefeitura e a Secretaria de Saúde têm tomado providência para comprar esse medicamento de outros fornecedora, de forma a repor o mais rápido possível.

Gostaria de lembrar que a disponibilidade de medicamentos na cidade de São Paulo, hoje, bate os 94%, que é um número muito melhor do que no primeiro trimestre de

2017, e que tende a melhorar com o tempo, com o aperfeiçoamento dos processos de compra.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. DANIEL – Desculpe, senhora, eu gostaria de terminar de responder.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. DANIEL – Eu respondo pessoalmente para a senhora; gostaria que a senhora me respeitasse.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. DANIEL – Veja só, eu ouvi a senhora falar, assim como todos os outros munícipes, agora é a minha vez de falar, senhora.

Em relação à URSI de Itaquera, que a senhora de Itaquera reiteradamente fala, duas informações importantes. Primeiro, em relação à questão da saúde do idoso.

O Prefeito João Doria, quando definiu o seu plano de metas, uma delas diz respeito a transformar São Paulo numa cidade amiga do idoso. Isso se transformou numa meta, que é intersecretarial, ou seja, não é somente da Secretaria da Saúde, envolve outras secretarias, e o investimento previsto para essa meta, nos próximos quatro anos, é de 280 milhões de reais, sendo que 200 milhões de reais para até 2020, e 80 milhões de reais em 2021. Isso significa que São Paulo se transformará numa cidade amiga do idoso, com a parceria, obviamente, com outros entes federados, e com o investimento do município e de outros entes federados, para que possamos atingir esse objetivo. Portanto, essa gestão está, sim, comprometida, e reconhece a necessidade de atentar para as necessidades do idoso.

Trazendo uma informação importante para a senhora, dona Maria de Socorro: a URSI de Itaquera, que vai ser inaugurada juntamente com uma UBS, tem a inauguração prevista para o 1º trimestre de 2018. Então fica aqui o nosso compromisso de fazer a inauguração até o término do 1º trimestre de 2018 dessa URSI tão sonhada, e tão merecida, ser inaugurada.

A dona Floripes comentou em relação à falta de médicos na região sul.

Mais uma vez eu reitero: estamos passando por um momento de revisão, de reordenação, de todo o modelo assistencial. Ainda temos alguns desperdícios. O modelo que vivemos hoje, do Sistema Único de Saúde, ainda contem alguns desperdícios. Isso não é culpa da administração anterior, da futura ou da atual, isso, na verdade, é um modelo que se construiu lá desde 1980, e se observa que precisa de revisão. Nós precisamos rever algumas coisas que nós fazemos, nós precisamos fazer mais do que fazemos hoje, usando inteligência e usando o redesenho de redes, que é uma coisa que o Dr. Polara vem repetindo há muito tempo, e que vai se transformar em realidade nos próximos meses na cidade de São Paulo.

Por último, em relação ao pronto-socorro da Lapa.

Mais uma vez, gente: nós temos um déficit de infraestrutura importante na cidade de São Paulo, e não é só em equipamento de saúde. Existe um déficit histórico, e é necessário investimento, melhorar a infraestrutura das unidades de saúde, das escolas e de outros equipamentos públicos depende de investimento. É caro manter e é necessário manter. O ano de 2017 foi difícil em termos de investimento. Mas, como o Secretário Caio colocou, os próximos anos tendem a ser melhores do que 2017, e, portanto, com uma capacidade de investimento maior. Está na prioridade da Prefeitura a reforma deste pronto-socorro da Lapa, que é um pronto-socorro importante, que atende uma população bastante adensada na região. Então há uma perspectiva de solução desse problema. E quanto à goiteira e ao vídeo que o munícipe nos mostrou, vamos pedir que, ainda hoje, se faça uma visita no local, para ver qual seria a solução paliativa imediata para que esse problema não permaneça ao longo desse período de chuvas. Então eu me comprometo, em nome do Secretário, a olhar essa situação de perto e ver o que pode ser feito de imediato.

Para concluir, eu gostaria de dizer que esse é um momento importante, que é o momento em que temos o feedback da população, que é para quem a gente trabalha. Há um comprometimento da gestão com a melhoria das condições de saúde da população, seja portando tecnologia, seja melhorando a infraestrutura, seja contratando mais RH.

Então, em nome do Secretário Polara, gostaria de agradecer a presença de todos, e dizer que estamos à disposição para o que foi necessário.

O SR. RICARDO NUNES – Queria agradecer muito ao Daniel. E sobre o negócio da URSI, que não está no orçamento, pode colocar, né?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. RICARDO NUNES – Pode colocar.

P – URSI de Itaquera, dona Maria, o compromisso aqui, até março.

O pronto-socorro da Lapa está no orçamento?

O SR. RICARDO NUNES – Acho que três questões: o pronto-socorro da Lapa, o UBS Jardim Lucélia e a Maria Antonieta. Lógico, tem muito mais coisas, mas em todas as audiências isso vinha muito forte.

O SR. DANIEL – Só para dar a respostas para a dona Socorro.

Estamos dependendo do cadastramento da unidade para poder receber o recurso federal, e, aí sim, fazer a inauguração. A unidade já está pronta. É uma questão de semanas. A gente está dando o prazo do primeiro trimestre porque, eventualmente, no serviço público, vocês sabem, às vezes acontecem alguns atrasos, algum empecilho que precisa ser superado. Mas já está encaminhado. A unidade já está pronta.

P – Tem a palavra o Sr. Filipe Sabará.

O SR. FILIPE SABARÁ – Nessa última rodada de perguntas, tivemos três perguntas recorrentes e principais.

A primeira pergunta foi sobre um comentário sobre o serviço de abordagem especializado.

Eu queria comentar que foi justamente o que nós fizemos. Nós aumentamos 30% do efetivo noturno. Ele já existia, já era 24h. Alguém comentou aqui que não era. Então, na verdade, já existe a CAP, que já faz abordagem emergencial noturna. O que a gente fez é aumentar 30% do que já existia. Então essa é a informação correta.

Sobre crianças e adolescentes: o maior orçamento para o ano que vem, na Secretaria, é para a criança e o adolescente – 42% do orçamento vai para criança e adolescente, entre proteção básica e especial. Então já é o maior orçamento. Ou seja, já é a maior prioridade.

Sobre a questão dos idosos, o próprio Daniel questionou a proposta do Prefeita, de transformar São Paulo realmente numa cidade amiga do idoso. Para 2018, vão ser abertos quatro ILPI. E alguém questionou a abertura de um ILPI aqui no Centro: serão quatro, duas na zona Leste, uma na Lapa e uma na Sé.

Obrigado pela atenção.

P – Tem a palavra o Vereador Atílio Francisco.

O SR. ATÍLIO FRANCISCO – Boa tarde a todos, senhores da Mesa.

Quero dizer que a gente está em consonância com o Vereador Ricardo Nunes, que é o Relator do orçamento, porque a PPA depende muito do que for relatado na Peça Orçamentária de 2018, que é o primeiro ano do plano de metas do nobre Prefeito. Então estamos muito atentos, acompanhando criteriosamente. E, com certeza, os nossos secretários, nessas audiências públicas de que nós participamos, contribuíram bastante para que possamos melhorar e aperfeiçoar os planos para os próximos quatro anos da cidade de São Paulo.

Quero, acima de tudo, agradecer a contribuição de todos os senhores, que participaram assiduamente, que contribuíram bastante nas audiências públicas. Ano passado tive a oportunidade de ser o Relator do Orçamento, eu sei o quanto é duro procurar atender as reivindicações apresentadas nas audiências públicas. Muitas vezes a população cobra muito do Relator e na maioria das vezes também pouco se pode fazer, porque as verbas vêm carimbadas. Então, é difícil de se fazer realocação de verbas dentro do Orçamento.

Mas, mesmo assim, tenho certeza de que o Ricardo está fazendo um ótimo trabalho. Tenho certeza absoluta também de que iremos apresentar um plano para os

próximos quatro anos à altura de que nossa cidade necessita. Conto com o apoio de todos vocês e que Deus os abençoe.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Vereador Atilio Francisco. Tem a palavra a Vereadora Edir Sales.

A SRA. EDIR SALES – Queria cumprimentar o Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, o nobre Vereador Jair Tatto, e parabeniza-lo pelo brilhante trabalho que tem sido feito à frente dessa importante comissão.

Quero cumprimento também o Relator da Comissão de Finanças e Orçamento, Vereador Ricardo Nunes, que já por alguns anos consecutivos desempenha essa função por ter conhecimento e muita base; agradecer a presença de todos os secretários, que têm comparecido a todas as comissões e audiências públicas nesta Casa.

Hoje, em nome do Secretário Sabará, quero também aproveitar e parabeniza-lo. Hoje temos dois secretários, os Secretários Sabará e Caio Megale. O secretário Caio Megale tem sido muito presente em todas as comissões, prestando vários esclarecimentos.

Tive uma reunião semana passada com o Secretário Filipe Sabará e tomamos conhecimento dos oito CTAs, que já foram inaugurados. Todos sabem que o CTA é um Centro Transitório de Acolhimento, que tem feito um trabalho muito importante de acolher os moradores de rua e até o final de dezembro teremos mais nove para inaugurar, inclusive um deles na Mooca, na nossa região da Água Rasa. Aliás, três na Mooca, que são necessários, pois temos muitos moradores de rua.

Então, quero aqui agradecer e dizer que nesse Governo temos tido uma presença maciça dos secretários nesta Casa, esclarecendo todas as dúvidas para que procuremos acertar o máximo possível. É claro que nem sempre o Orçamento é adequado, mas existe uma boa vontade e uma boa intenção. Continuem contando conosco e vocês todos, que estão aqui até esse horário, parabéns. Estão o dia inteiro, praticamente, participando fervorosamente dessa comissão muito importante e definindo o Orçamento para a cidade de São Paulo.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Vereadora Edir Sales. Farei alguns relatos rapidamente e depois passarei a palavra ao Relator e ao Secretário.

Primeiramente, Caio, gostaria que nos reinformasse o que está previsto na PPI para 2018. Outra questão é que o Vereador Atilio Francisco precisou se retirar. Foi o Relator ano passado e trabalhamos com 223 milhões de emendas parlamentares. Por quê? Porque, considerados os que estavam saindo e aqueles que, então, o substituíram, esse ano trabalhamos com 165 milhões de emendas parlamentares.

Quero dizer também que o problema de execução de emenda não é somente desse Governo. Tivemos todos, todos não, no Governo anterior também tínhamos problema de liberação de emendas, mas entendemos que as emendas parlamentares são um retrato da Cidade, porque são feitas em todas as regiões, as secretarias e subprefeituras. O Governo manda com uma margem menor para as prefeituras regionais, considerando que as emendas parlamentares irão suprir um pouco essas dificuldades no Orçamento.

Então, precisamos ter a garantia de que os três milhões deste ano sejam liberados, porque está um “diz que me diz”, pois primeiro eram dois, depois disseram que esse um que sobrou não era e agora parece que está garantido de novo. Então, preciso ouvir de um Secretário se teremos a liberação dos três milhões das emendas parlamentares.

Queria entender se a questão de liberação de crédito está dentro do Orçamento, porque aprovamos esse ano em torno de um bi e duzentos e cinquenta, ou seja, quando houve a renegociação da dívida, não que apenas diminua a dívida ou a Prefeitura pague apenas o que deve, é o potencial de endividamento. É isso, Caio? Eu me lembro à época de que a Prefeitura criou uma situação de endividamento de 130%, e o Governo evidentemente não perdeu a oportunidade de mandar e a Câmara aprovou. Então, tem esses quase um bi e trezentos, que não compreendi se constam aqui dentro.

Outra questão, para deixar o Relator feliz ou não, gostaria de saber se o Caio

consegue nos dizer quanto temos efetivamente dentro da proposta original do Governo, porque existe uma máxima de devolvermos um valor maior. Vieram 56 bi e 260, o Relator considera o seguinte: “Não, eu estou entendendo que com a operação de crédito e com tudo isso que está acontecendo com essa arrecadação que está aumentando, com essas novidades, a exemplo da CPI que arrecadou, poderemos devolver o Orçamento com um ou dois bi a mais?”

É inédito, isso nunca aconteceu nos cinco anos que estou aqui. Você aumentou? Aumentou muito? Pouca coisa, porque ganhou a ação do IPTU quando o Vereador Ricardo Nunes foi o Relator em 2015. Então, ele devolveu um valor maior. É onde fica a dúvida: se com tudo isso que está acontecendo é permitido devolvermos um valor maior, considerando que chegou num período e mandaram o Orçamento para cá em outubro, fim de setembro. Quero saber, então, se nesse período tivemos novidades e se podemos acrescentá-las aqui.

Acho que, a grosso modo, é isso. Queria fazer um relato bem rápido: fizemos 51 horas de audiências públicas, fechando agora às 15 horas. Foram 16 audiências públicas, estou aqui há cinco anos e eu diria que poderíamos ter feito tanto quanto, mas mais do que fizemos esse ano de audiência pública acho que não, não é Ricardo? Setenta e duas horas à época, não é? É, de qualquer maneira, com esse aperto todo, estamos fechando 51 horas de audiência pública. Não, 56 horas, fechando com a audiência pública de hoje, bateu com o Orçamento, quase seis mil acessos.

O *site* criado pela secretaria e assessoria recebeu quase mil acessos, 377 sugestões registradas em audiências públicas. Tivemos também uma presença muito significativa dos secretários, no frígir dos ovos terminou muito bem. No começo brigamos muito e quero destacar que a ausência do Secretário Schneider não foi razoável. Ele mandou representantes, mas como é uma Secretaria importante teria sido muito bom se estivesse conosco. Mas, não deu. Das demais Secretarias houve um esforço.

O Caio esteve sempre conosco e quero agradecê-lo. O Hamed, também tem sido prestativo, é o Coordenador-Geral do Orçamento, não é isso? Não sei como são as tarefas lá.

O SR. CAIO MEGALE – Ele é o responsável pelo Orçamento e execução orçamentária. A Subsecretária do Orçamento é a Lucilene Oshiro, que está ali ao lado dele. Na verdade, Orçamento e PPI.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tenho usado um jargão desde o início, pois esse orçamento foi subestimado com relação à arrecadação e superestimado com relação às despesas. Prefiro tratar assim, dizer que veio muita despesa e pouca receita.

Quero também destacar a presença do público presente, chegamos a quase 2.700 pessoas que falaram. Foram 91 autoridades convidadas, eu diria que 80% ou mais estiveram presentes, a equipe do Governo; 403 pronunciamentos; 413 inscritos. É um balanço razoável. Entendemos que a questão do orçamento participativo é um aquecimento para que um dia seja retomado. De qualquer maneira, é uma forma de orçamento participativo. Realizamos quatro audiências descentralizadas, a da Leste infelizmente não tinha absolutamente ninguém, as outras três foram muito razoáveis.

Quero fazer um agradecimento ao Relator, sempre presente conosco; ao Vereador Atílio Francisco, Relator do PPA; ao colega Vereador Zé Turin, Subrelator para assuntos da cultura. Na palavra do Caio, enquanto ele responde, já lhe faço um pedido, pois foi feito um pedido para que houvesse uma reunião técnica com os Vereadores desta Casa, a equipe técnica do Governo e a Comissão de Finanças e Orçamento para que os Vereadores também possam ficar embasados com todo esse relato que apresentamos nesse balanço.

Gostaria que o Caio também dissesse como desejaria que a Comissão de Finanças e Orçamento tratasse, pois temos a sugestão – e o Relator terá de trabalhar muito – de que na próxima quarta-feira consigamos votar o Orçamento em primeira discussão nesta Casa. Repito, o Orçamento em primeira e da primeira para a segunda, a conversa no bom sentido, não é com vocês, só entra emenda parlamentar. Vocês compreendem isso, não é? Então, tudo o que tiver de acontecer, acontecerá até a primeira votação no Plenário.

Os Vereadores Rodrigo Goulart, Isac Felix e Ricardo Nunes estavam concluindo a

CPI da Dívida Ativa e estão aqui de volta. A tarefa do Vereador Rodrigo Goulart também é muito importante, ou seja, relatar a Pasta de Serviços e Obras.

Passo, então, a palavra ao Relator, Vereador Ricardo Nunes. E, em seguida, para as considerações finais, o Secretário Caio Megale.

O SR. RICARDO NUNES – Obrigado, Presidente Jair Tatto. Vou falar rapidamente e agradecer ao Daniel, pela colaboração e contribuição; ao Filipe Sabará, pela sempre presença, hoje nem precisaria vir, mas veio por iniciativa própria para poder contribuir com as respostas da última audiência, que não conseguiu terminar de responder; ao Rodrigo; à Edir; ao Turin; ao Eduardo; e ao Caio. Agradeço também ao Mario; à nossa equipe toda; ao pessoal da *TV Câmara*, que nos acompanhou. Muito obrigado.

Caio, eu teria tanta questão técnica para mencionar, mas é muita coisa e não vai dar tempo. Mas, queria somente dizer o seguinte: temos aqui de Itaquera, a D. Socorro; a Floripes, que veio do Cocaia; o Vanderli, da Ilha do Bororé, ele atravessa uma balsa para poder chegar aqui. Esse volume de pessoas, 2661 pessoas vieram de todos os cantos da Cidade buscando e trazendo suas demandas.

Eu sei que você compreende, mas preciso externar o quanto é importante você orientar a sua equipe e as equipes que cuidam do Orçamento para nos auxiliar. Não tem lógica as pessoas virem aqui, apresentarem suas demandas e nós não tentarmos dar o atendimento. Lógico, é evidente que não conseguiremos atender a todas elas, há coisas que você não conseguirá atender, mas precisamos nos debruçar sobre o problema de cada pessoa que veio aqui e falou, sobre cada pedido. Fico com duas pessoas o tempo todo anotando ponto por ponto. A Ana Paula fica aqui, não pode almoçar, não pode sair, ela tem de anotar cada pedido que as pessoas fazem para depois buscamos fazer o atendimento das demandas que as pessoas trazem. E como conseguimos atender essas demandas? No Relatório do Orçamento.

Então, quero contar com a sua compreensão e sensibilidade para isso, pois se conseguirmos traduzir o que as pessoas falaram no microfone na Peça Orçamentária será algo

muito bom, não para mim ou para os Vereadores, mas para a Cidade. Evidentemente, há pessoas que não sabem se comportar em audiência pública, aliás, não sabem se comportar em lugar algum e nem em casa, e acabam vindo aqui falar besteira.

Mas, respeito aquelas pessoas que estão aqui até agora trabalhando e peço que me ajudem a fazer um Relatório que reflita o máximo possível a vontade de todos. Era esse o meu pedido como um cara que passou a lhe admirar como Secretário, pois você é dedicado. Não há palavras para você, as pessoas têm falado isso.

D. Socorro, outro dia falei para o Caio ir comigo ao Grajau. Ele foi comigo ao Grajau e é legal porque temos de sensibilizá-lo e atendeu todas as secretarias. Mas, ele viu o que é o Pronto-Socorro Maria Antonieta. Não tem lugar para a pessoa ser atendida, se chover, fica na chuva, se estiver sol, fica no sol. Não tem cadeira para sentar e custam 400 mil para fazer aquilo. Tem de se fazer isso, assim como muita coisa.

Mas, enfim, gostaria de passar essa sensibilidade a você, ao Filipe e às pessoas de que precisamos nos empenhar até quarta-feira para fazer, dentro do Relatório, o máximo de atendimento possível para as demandas aqui trazidas.

Obrigado, Caio.

O SR. CAIO MEGALE – Obrigado, Ricardo. Não vou me estender muito aqui também.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. CAIO MEGALE – O Vereador Ricardo Nunes anotou todos os comentários. Como falei aqui no início, eu acho que essas audiências são muito importantes, não é por outra razão que a nossa equipe com a Julia, com o Hamed, com a Lucilene se dedicou a vir a todas elas.

Eu vim na primeira e vim nessa última, anotamos todas as demandas também e sei que vocês anotaram. Elas servem para isso mesmo, quer dizer, a Cidade é complexa, o Orçamento é complexo, tem muitas dimensões, nós passamos meses trabalhando nele. Mas,

mais cabeças pensando, ouvindo opiniões, ouvindo a população a gente vai poder fazer os eventuais ajustes que precisarem ser feitos.

O Vereador Jair Tatto sugeriu aquela reunião e hoje já tínhamos falado sobre isso, de colocar as equipes técnicas para se ajudarem. Ele falou em despesas exageradas, receitas abaixo e peço a ele que me aponte onde estão essas despesas exageradas que vai ser justamente onde poderemos mexer. (Risos) se você puder me ajudar a mostrar onde tem, pois do ponto todo da audiência, sempre comentam que falta aqui, falta ali. E são todos pontos muito sensíveis, muito importantes.

Quero reforçar que sou Secretário da saúde - saúde, não, aí é mais complicado, da saúde econômica – Secretário das Finanças, 100% do tempo só me dedico a isso. Só tenho essa orientação e estamos trabalhando dia e noite para tentar fazer o Orçamento melhor possível. O único comentário que faço é com relação às receitas, acho que olhando de forma geral, fecharemos o ano com as receitas não recorrentes, aliás, desculpa, receitas recorrentes em torno de 50 bilhões. Vai ser mais do que isso, porque tem o PPI, mas o PPI não é recorrente, ele só entra dessa vez, o grosso dele. Um aumento em torno de 10%, 12%, que é o que estamos programando, que vai para 56 acho que é um bom aumento. Já está aí bastante refletido a retomada da economia...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Dez por cento a mais, de 17 para 18?

O SR. CAIO MEGALE – Do observado da receita que aconteceu para a receita que estamos esperando.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Só um parêntese, a única Pasta, a que mais aumentou foi de 6%. No Orçamento geral, você mandou 6% a mais para a educação, na assistência social você empatou. Agora compreende por que...

O SR. CAIO MEGALE – Não, desses 56 bi tem um bi que é a desestatização que não espalhamos entre as secretarias, porque enfim, a lei diz que o conselho vai fazer isso.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Mas, via de regra, só aumentou na área da

educação.

O SR. CAIO MEGALE – Não, não foi na educação. Aumentou...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Na saúde foi um por cento.

O SR. CAIO MEGALE – Aumentou educação...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Na educação foi um e alguma coisa. Não, saúde. Foi. É o seu relatório.

O SR. CAIO MEGALE – Vereador, por favor. Aumentaram três linhas que são muito grandes: o subsídio do ônibus, estava bastante real no Orçamento passado, agora está um pouquinho mais perto da realidade, embora ainda abaixo do que vai ser esse ano.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Quinhentos milhões.

O SR. CAIO MEGALE – O subsídio do ônibus subiu em três anos, dois bi. Educação, refletindo o aumento que vai ter de professores e mais as creches e previdência.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Seiscentos milhões a mais?

O SR. CAIO MEGALE – Previdência tem seiscentos milhões a mais, quer dizer, essas três linhas levam ao aumento do Orçamento de um ano para o outro. Então, eu acho que mexer nas despesas é sempre uma possibilidade, mas me parece ser a saída mais fácil. Acho que nós, como sociedade, temos de enfrentar os dilemas. Essa é a restrição orçamentária, esse é o estoque de recursos que a gente tem, onde nós vamos colocar? Essas são as prioridades? São. Então, essas são as prioridades, outras vão ter de abrir mão de orçamento. Mas, eu pondo a minha equipe à disposição para a gente mergulhar em todas essas linhas, achar onde tem eventualmente coisas a mais, que a gente pode remodelar. E se, de fato, tiver algum argumento muito forte que valha a pena aumentar alguma linha de repente, a gente faz.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – O *hip hop* pede oito milhões, a assistência pede 107. Nós precisamos dizer o seguinte: o Relator, onde ele pode ou já vamos dizer, não tem nada para mexer, então, devolve como está. Objetivamente, nós precisamos saber o seguinte: quanto temos de margem, porque não tem de onde tirar mais, não estamos brigados mais com

o Theatro Municipal. Lembra que nós brigávamos e tirávamos? A Câmara não briga por natureza e não estamos brigados com o Tribunal. Não tem mais de onde tirar, está tudo... Por isso que estou preocupado.

O SR. CAIO MEGALE – Esse é o nosso desafio.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – A Prodam nós já a destruimos, porque só tiramos o ano todo. Na verdade, ela poderia até acabar, mas não dá para terminar de uma vez. Então, é essa a dificuldade. Objetivamente, o Secretário consegue dizer valores estimados com que esses Relatores poderão trabalhar?

O SR. CAIO MEGALE – Eu acho que esse é o nosso trabalho para os próximos dias, na próxima semana. A nossa proposta orçamentária que estudamos e encontramos foi a proposta que enviamos, mas tem muita coisa que já aconteceu desde lá nos debates, nas discussões. Acho que temos de sentar e olhar e procurar onde tem essas margens.

Mas, eu volto ao ponto que já fiz e que procurei mostrar na apresentação. Nós temos que encarar esse debate. Existem algumas linhas do Orçamento, do qual está aqui a previdência, mas tem outros convênios e outras tendências que têm crescido rapidamente e essas poucas linhas vão tomando conta de parte cada vez maior do Orçamento. Eu estava conversando com um Vereador ontem numa conversa que tivemos e ele falou que há dez anos tínhamos nas prefeituras regionais mais recursos, mas é aquele gráfico que eu mostrei, quer dizer, em dez anos essas tendências foram tomando espaço na Prefeitura e é esse debate que a gente tem de encarar.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Okay, muito obrigado a todos. Não havendo mais nada a tratar, está encerrada esta audiência pública.

